

Veículo: Ibahia	
Data: 19/03/2020	Caderno: Bahia



BAHIA

Nota Premiada de março tem 54 ganhadores de Salvador

O prêmio de R\$ 100 mil foi para um participante da capital baiana

Redação iBahia (redacao@portalbahia.com.br)

19/03/2020 às 15h22

Nesta quinta-feira (19), a campanha Nota Premiada Bahia divulgou os vencedores do mês de março, que contemplou 91 moradores de 22 municípios do estado. O prêmio de R\$ 100 mil foi para um participante da capital, que mora no bairro do Engenho Velho de Brotas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para a capital e 37 para o interior.

No interior, os municípios campeões foram Camaçari e Feira de Santana, cada um com cinco ganhadores de R\$ 10 mil. Em seguida, com quatro ganhadores, ficou Ipiauí, enquanto Lauro de Freitas teve três sorteados. Itabuna, Eunápolis e Teixeira de Freitas tiveram dois vencedores cada. Outros 14 municípios tiveram um ganhador cada: Vitória da Conquista, Tanque Novo, Amargosa, Brumado, Ibotirama, Ilhéus, Inhambupe, Itamaraju, Jequié, Irecê, Luís Eduardo Magalhães, Miguel Calmon, Nova Viçosa e Porto Seguro.

A relação de ganhadores está disponível no [site do Nota Premiada](#) e também nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Twitter @sefazba e Facebook @sefaz.govba.

Nota Premiada

A Nota Premiada conta atualmente com 547 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 586 pessoas, incluindo dois sorteios especiais de R\$ 1 milhão, realizados em junho de 2018 e em março de 2019. O próximo sorteio especial acontece em junho deste ano.

Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal. Desta vez, o resultado teve como base o sorteio realizado na noite desta quarta (18). Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são validados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Veículo: Site Secom	
Data: 19/03/2020	Caderno: Fazenda

Fazenda

19/03/2020 14:30

Novo sorteio da Nota Premiada Bahia tem 91 ganhadores de 22 municípios

Saiu o resultado do sorteio de março da Nota Premiada Bahia, que contemplou 91 moradores de 22 municípios do estado, entre os quais Salvador, e distribuindo ao todo R\$ 1 milhão. O prêmio de R\$ 100 mil foi para um participante da capital, que mora no bairro do Engenho Velho de Brotas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para a capital e 37 para o interior. A relação de ganhadores está disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e também nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Twitter @sefazba e Facebook @sefaz.govba.

No interior, os municípios campeões foram Camaçari e Feira de Santana, cada um com cinco ganhadores de R\$ 10 mil. Em seguida, com quatro ganhadores, ficou Ipiaú, enquanto Lauro de Freitas teve três sorteados. Itabuna, Eunápolis e Teixeira de Freitas tiveram dois vencedores cada. Outros 14 municípios tiveram um ganhador cada: Vitória da Conquista, Tanque Novo, Amargosa, Brumado, Ibotirama, Ilhéus, Inhambupe, Itamaraju, Jequié, Irecê, Luís Eduardo Magalhães, Miguel Calmon, Nova Viçosa e Porto Seguro.

A Nota Premiada conta atualmente com 547 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 586 pessoas, incluindo dois sorteios especiais de R\$ 1 milhão, realizados em junho de 2018 e em março de 2019. O próximo sorteio especial acontece em junho deste ano. Do total de ganhadores, 379 moram na capital e 207 no interior.

Novo formato, mais ganhadores

Este foi o quarto sorteio da campanha Nota Premiada Bahia após ampliação do número de ganhadores, que agora soma 91 todos os meses por determinação do governador Rui Costa, atendendo a solicitações dos baianos nas redes sociais no sentido de que mais participantes pudessem ter acesso às premiações mensais. O primeiro sorteio aconteceu em dezembro de 2019. Com a mudança, as premiações mensais deixaram de ser apenas dez de R\$ 100 mil e passaram para 91, das quais 90 de R\$ 10 mil e uma de R\$ 100 mil.

Loteria Federal

Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal. Desta vez, o resultado teve como base o sorteio realizado na noite desta quarta (18). Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são validados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Tribuna

Proposta

Diante do atual cenário causado pela pandemia do novo coronavírus, o vereador Téo Senna (PHS) propôs que, dentre as medidas que estão sendo tomadas pelos governos municipal e estadual, seja acrescida a suspensão dos vencimentos dos tributos municipais e estaduais, respectivamente, pelo prazo de 6 meses. O pedido foi encaminhado através do projeto de indicação ao prefeito ACM Neto (DEM) e ao governador Rui Costa (PT). Quem também reforçou a ideia foi o deputado estadual Samuel Júnior (PDT). Ele indicou o projeto a Rui e ao presidente da União dos Prefeitos da Bahia (UPB), Eures Ribeiro.

Dívidas

O coordenador da Bancada da Bahia, deputado federal Daniel Almeida (PCdoB), encaminhou, ontem, ofício ao ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pedindo a solução imediata de pendências financeiras do Governo Federal com o Governo da Bahia na área de saúde. O documento reforça a necessidade de investimento nas unidades de saúde da Bahia para o enfrentamento do coronavírus. O documento apresenta uma relação com valores pendentes de repasse de recurso para reforma e ampliação, que giram em torno de 270 milhões de reais de investimentos, em hospitais e no Instituto Couto Maia, referência no tratamento de doenças infecciosas.



Daniel Almeida

FED

O Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) anunciou nesta quinta-feira o estabelecimento de um programa temporário para ajudar a emprestar dólares a bancos centrais de nove países, incluindo o do Brasil, em mais uma tentativa de aliviar tensões nos mercados financeiros causadas pela disseminação global do novo coronavírus

**FAROL
ECONÔMICO****POR DONALDSON GOMES**

@donaldsongomes

**EFEITO
CORONAVÍRUS**

●● **Acreditamos que iremos sentir essa crise de uma maneira mais intensa porque somos voltados para o público externo**
Antonio Massafera

CEO do Fera Palace Hotel

Já se sabe que o turismo deverá ser a atividade econômica mais afetada pela expansão mundial do coronavírus. Quando estão assustadas, viajar é a última coisa que passa pela cabeça das pessoas. Entre os mais experientes no setor, o momento atual é comparável ao 11 de setembro de 2011, quando a os céus se mostraram inseguros para quem voava. Agora, o problema está em terra. Por aqui, a situação provocou a primeira grande baixa. O Fera Palace Hotel encerrou ontem temporariamente as suas operações em Salvador. Em nota, a empresa informou que a medida visa preservar os seus colaboradores e hóspedes e diz que em momento oportuno o hotel retomará as suas atividades que foram iniciadas em outubro de 2017. O empresário Antonio Massafera, CEO do Fera Palace Hotel, disse numa entrevista exclusiva ao Farol Econômico que a pandemia já causava efeitos nas reservas previstas para abril e maio. "Nós acreditamos que iremos sentir essa crise de uma maneira mais intensa porque somos voltados para o público externo, mas esta situação infelizmente deve atingir também os outros hotéis de Salvador por conta das restrições a viagens, na tentativa de conter o avanço do coronavírus", avalia.

Ajustes

Massafera acredita que todos os esforços no sentido de conter a pandemia são válidos, mas apela para que os governos estadual e municipal flexibilizem os prazos para pagamentos de impostos, como o PIS, Cofins, ICMS e ISS. O que cabe ao Fera Palace fazer para enfrentar o momento está sendo feito. Diante do quadro de redução na quantidade de hóspedes, o hotel chegou a fechar temporariamente três andares na tentativa de reduzir despesas. Outras medidas tomadas foram a renegociação de pagamento de fornecedores e o adiantamento de férias para funcionários. Agora, os empregados irão entrar em férias coletivas, informa a assessoria de imprensa do Fera Palace.

30**NOVOS
empregos
serão criados
com a
ampliação da
produção da
Mendoá****Apelo**

Esta semana as principais entidades representativas do setor empresarial divulgaram cartas abertas enviadas ao governador Rui Costa e ao prefeito ACM Neto, pedindo ajuda para enfrentar a crise. Pedem que os governos antecipem pagamentos dos 13º salários do funcionalismo público, quitem débitos com fornecedores e flexibilizem exigências burocráticas neste momento de crise, entre outras medidas. A verdade é que o momento é delicado para todos: o poder público precisa ampliar os serviços à população e a iniciativa privada, suportar pelo menos 15 dias de faturamento zero ou perto de zero. E ainda tem os trabalhadores, torcendo para ter empregos no final deste processo.

NO HORIZONTE

● **Chocolate** A Mendoá Chocolates vai investir R\$ 3 milhões para ampliar sua unidade industrial em Ilhéus. O incremento na capacidade de produção será de 750 quilos do produto por dia. Com a ampliação a capacidade total da fábrica saltará para 1 mil kg/dia.

Veículo: Bnews	Caderno:
Data: 19/03/2020	Página:

Coronavírus

Deputados baianos pedem que Ministério da Saúde solucione dívida de R\$ 270 milhões com o estado

O deputado federal Daniel Almeida (PCdoB), coordenador da Bancada da Bahia na Câmara Federal, encaminhou, nesta quinta-feira (19), um ofício ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pedindo a solução imediata de pendências financeiras do Governo Federal com o Governo da Bahia na área de saúde.

Segundo o documento, o valor pendente chega a R\$ 270 milhões, que seriam usados em investimentos no Hospital Geral do Estado (HGE), Hospital Regional do Cacau, Hospital Regional da Chapada, Hospital Ana Nery, Hospital Estadual da Mulher e Instituto Couto Maia, que é referência no tratamento de doenças infecciosas.

“A motivação do pedido acontece diante do avanço da pandemia do coronavírus no estado. Estamos vivendo um momento de bastante apreensão e necessidade de investimento nos equipamentos públicos de saúde. Todo o esforço da Bancada está voltado para o combate deste grave cenário e precisamos de uma resolução efetiva do Governo Federal em favor dos nossos pleitos”, disse Daniel Almeida.

Até a noite de quarta-feira (18), a Secretaria de Saúde da Bahia confirmou 27 casos confirmados de coronavírus na Bahia.

Tribuna

Rui Costa decreta situação de emergência em toda a Bahia

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) fez um apelo aos prefeitos baianos diante da ameaça do coronavírus no Estado. O gestor defendeu que os municípios retenham gastos ao máximo possível para que os serviços públicos essenciais sejam mantidos. O Governo do Estado declarou em decreto publicado no Diário Oficial (DOE) ontem situação de emergência em todo o território baiano em virtude do coronavírus (Covid-19). Conforme o decreto, "a situação demanda

o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença".

"Isso é realmente preocupante. Vamos conversar com os agentes econômicos do Estado, com as associações empresariais, industriais, comerciais. Acho que é um momento de união, de todos nós conversarmos e ver que medidas podemos adotar. Estamos muito preocupados", declarou Rui, em entrevista ontem à TV Bahia. "Faíei ontem com os prefeitos. Pedi para que todos adotem uma política de retenção econômica, que retenham gastos, por-

que a arrecadação vai cair de forma bastante substancial. É preciso que os municípios estejam preparados para manter os serviços públicos essenciais. Para isso, é necessário restringir gastos que podem ser adiados".

Rui defendeu que o governo Bolsonaro elabore estratégias de distribuição de renda no momento de crise, uma vez não há circulação de dinheiro. "O governo federal concentra 70% de tudo que é arrecadado no Brasil. Todos os impostos federais, estaduais e municipais, somando tudo, ele fica com 70%. Portanto, quem tem fôlego para fazer a ação correta e necessária para quem está perdendo renda, princi-



O GOVERNADOR Rui Costa (PT) fez um apelo aos prefeitos baianos diante da ameaça do coronavírus no estado

também publicado no Diário Oficial determina a requisição administrativa de bens e serviços, como máscaras cirúrgicas, máscaras de proteção, luvas, aventais hospitalares, óculos de proteção e antissépticos para higienização. Este decreto tem prazo de 180 dias e pode ser prorrogado.

O gestor petista também lembrou que o orçamento do Estado está apertado diante de burocracias do governo federal. "No ano passado, nós não recebemos 200 milhões de reais do Ministério da Saúde, que não credenciou os novos hospitais que abrimos na Bahia. Isso é um prejuízo enorme e esse ano também não receberemos. A gente tem que bancar sozinho. Os hospitais da Costa do Cacu e da Chapada, estamos bancando sozinho". No fim da tarde, ele anunciou nas redes sociais novas recomendações. "O decreto que proíbe aglomerações e eventos com mais de 50 pessoas vale agora para TODOS os municípios baianos, não só aqueles com casos confirmados de #coronavirus. Mais uma medida com o intuito de proteger o povo baiano. Conto com vocês".

palmente os ambulantes, é o governo federal. Os governadores já estão fazendo um esforço enorme para fazer as ações na saúde".

Além das medidas de combate ao coronavírus já anunciadas pelo Governo do Estado, como a suspensão do transporte coletivo intermunicipal público e privado, o decreto determina a suspensão, a partir de segunda-feira, dos atendimentos presenciais do Serviço de

Atendimento ao Cidadão (SAC) em Salvador, Feira de Santana, Prado, Porto Seguro, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Também fica autorizada pelo decreto a mobilização de todos os órgãos estaduais, no âmbito de suas competências, para empregar esforços no intuito de apoiar as ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

SAÚDE - Outro decreto

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 20/03/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 20 de Março de 2020 - 09:41

Governo faz 158 mil cortes do Bolsa Família em meio à pandemia; 61% são do Nordeste



Em meio à crise que envolve a pandemia do novo coronavírus, o governo federal fez um corte de 158.452 bolsas do programa Bolsa Família, o que contraria a promessa de ampliar o programa. O Ministério da Cidadania começou a pagar a folha de março na última quinta-feira (19).

Mais uma vez, o Nordeste foi a região mais afetada com os cortes. Dos mais de 158 mil, 96.861 (ou 61,1%) foram retirados da região que responde por metade dos benefícios do país.

O número de beneficiários é o menor do governo Jair Bolsonaro e o menor desde maio de 2017, quando o Bolsa Família teve a retirada de 543 mil bolsas, o maior corte da história do programa.

Em contato com o UOL, o ministério afirmou que a redução ocorreu porque 185 mil famílias ingressaram, mas 330 mil "se emanciparam" por apresentarem evolução nas condições financeiras, "ou seja, superaram as condições necessárias para a manutenção do benefício".

A pasta também afirmou que "vale lembrar que o número de beneficiários flutua a cada mês em virtude dos processos de inclusão, exclusão e manutenção de famílias".

FOLHA DE S.PAULO

Medida provisória regulamenta bônus por desempenho para auditores da Receita

Danielle Brant

BRASÍLIA Idealizada para ampliar as formas de renegociação de dívidas com a União, a medida provisória do Contribuinte Legal, aprovada na noite de quarta-feira (18) pela Câmara dos Deputados, incluiu um dispositivo que regulamenta o bônus por desempenho pago a auditores e analistas tributários da Receita Federal.

A MP do Contribuinte Legal estabelece que a União poderá conceder desconto no valor de créditos tributários na renegociação de dívidas.

Os congressistas inseriram no texto final um trecho que impede que o valor arrecadado com as multas seja usado no cálculo do pagamento do bônus.

Sem regulamentação, o princípio adotado era o de que, quanto mais autuações, maior seria a bonificação aos auditores e analistas tributários, explica o relator da medida provisória, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP).

Na autuação fiscal, além da cobrança do valor principal —o tributo—, há incidência de multa, que pode chegar a 225% do montante, dependendo da gravidade da infração.

A grande preocupação de contribuintes era que o bônus incentivasse a autuação arbitrária, para aumentar o bônus do fiscal. Ou, nas palavras de Bertaiolli, a intenção é “não incentivar o fiscal a mudar a infração e aplicar multas maiores para ganhar um bônus maior”, afirma.

Autor da emenda aglutinativa —que reúne mais de uma proposta de mudança ao texto principal— aprovada, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) diz que a principal intenção foi conter o exagero.

“Algumas empresas dizem que eles [os auditores e analistas] aplicam multas só para receber bônus. A proposta é que não recebam bônus sobre multas. Eles continuam a ter bônus, mas o cálculo só tomará como base o valor do tributo, não da multa”, resume.

Durante as discussões da medida provisória, ele afirma ter percebido muitos empresários e investidores preocupados com o tema. “A incerteza aumentava o risco do Brasil. Quisemos dar segurança jurídica ao investidor”, diz. Na avaliação de Alberto Medeiros, advogado tributarista do escritório Stocche Forbes Advogados, a falta de regulamentação mínima também travava o pagamento de bônus.

O TCU (Tribunal de Contas da União) já havia alertado que a falta de parâmetros para a base de cálculo dos bônus impedia a correta mensuração do impacto fiscal da medida aprovada em 2017, diz. “Isso era um ponto que atrapalhava o pagamento aos auditores”, afirma.

A mesma MP limitou ainda o valor do bônus a 80% do valor do maior vencimento do cargo em questão —analista tributário e auditor fiscal. A bonificação também não poderá servir de base de cálculo para gratificações e adicionais, explica Medeiros.

+
CNI PEDE QUE GOVERNO ADIE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS POR TRÊS MESES

A Confederação Nacional da Indústria entregou ao governo um documento de nove páginas com demandas de medidas na área econômica. A entidade defende as iniciativas como necessárias para enfrentar o momento de crise do coronavírus. As demandas na área tributária incluem o adiamento, por 90 dias, do pagamento de todos os tributos federais, incluindo as contribuições previdenciárias. Também seriam parcelados os montantes que tiverem o recolhimento adiado.

“Os valores são recebidos naquele mês e não terão impacto em aposentadoria, vantagens pecuniárias e gratificação. O valor recebido é contabilizado individualmente e não vai integrar a remuneração do servidor”, afirma.

Representantes de auditores fiscais viram com bons olhos a regulamentação do pagamento de bônus. Kleber Cabral, presidente do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita), aprova a vedação de que o bônus seja calculado com base em multas.

“Vejo isso como uma oportunidade para inaugurar um novo paradigma na relação fisco —contribuinte, não pautado na punição, mas no fortalecimento da confiança entre Estado e cidadão”, diz.

Procurados, o Ministério da Economia e a Receita Federal não comentaram a inclusão do bônus no texto final.

Desde que foi estabelecido, o pagamento de bônus para auditores é alvo de controvérsias. Em agosto do ano passado, o TCU concluiu que havia indícios de irregularidades no pagamento de bônus de eficiência a auditores da Receita Federal e do Trabalho.

O tribunal viu possível irregularidade na forma como o bônus vem sendo pago por que a LFR (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina que, ao se criar uma despesa permanente, o governo precisa indicar fontes de recursos para cobri-la, seja por meio de aumento na arrecadação ou corte de gastos.

FOLHA DE S.PAULO

Estados e municípios pedem à União repasses extras e suspensão de dívida

Entes dizem já constatar queda na demanda e na arrecadação em consequência do coronavírus

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Estados e municípios entregaram ao governo federal uma série de demandas, como recursos para saúde, compensações em razão da perda de arrecadação, suspensão de pagamento de dívidas e possibilidade de corte em salários de servidores.

Os governos estaduais pediram ao Ministério da Economia o repasse de R\$ 15,6 bilhões mensais para o enfrentamento ao coronavírus, sendo R\$ 14 bilhões para cobertura de perdas financeiras com a queda de arrecadação.

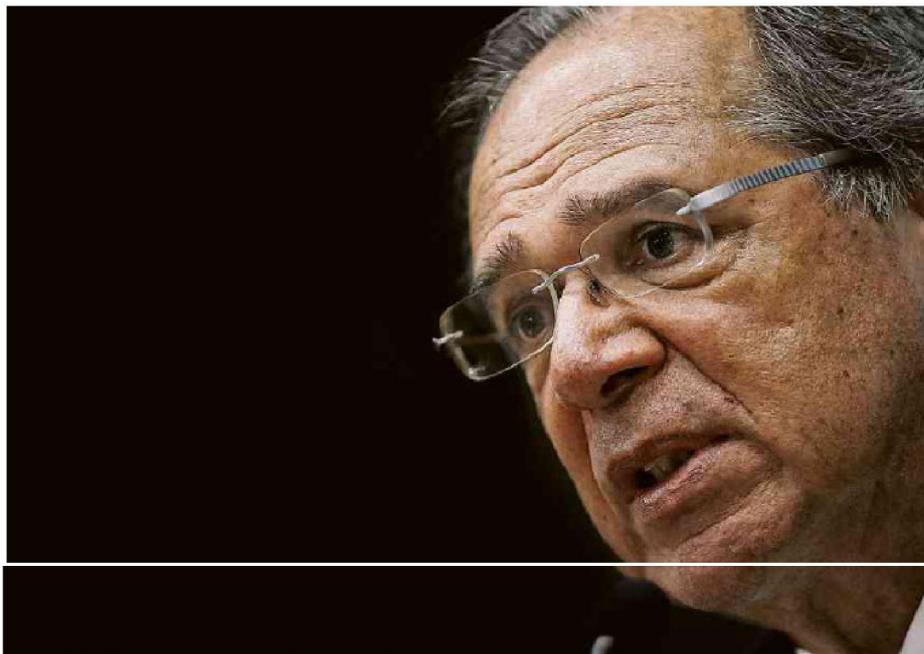
A suspensão por 12 meses do serviço da dívida pública dos estados junto à União e bancos públicos representa outros R\$ 3 bilhões mensais (R\$ 36 bilhões no total).

Por um período de três meses, também solicitaram o repasse de R\$ 1,66 bilhão mensais, ou R\$ 5 bilhões no total, para o financiamento de ações emergenciais de saúde.

As demandas foram encaminhadas em ofício ao ministro da Economia, Paulo Guedes, no qual afirmam que já é possível observar queda na demanda e, consequentemente, na arrecadação tributária, sendo que o fluxo de bens nos sistemas de controle interno e de fronteiras aponta para uma contração muito maior nos próximos dias.

Em relação aos recursos para a saúde, os estados dizem que as verbas são necessárias não só para a instalação de mais leitos nos hospitais mas também para custear gastos com pessoal, logística e infraestrutura, além de ampliação de serviços ambulatoriais.

“É essencial antever essas



O ministro Paulo Guedes durante anúncio de medidas contra os efeitos do coronavírus na economia. Adriano Machado - 16.mar.20/Reuters

“
É essencial antever essas necessidades e prover a gestão do SUS de recursos adicionais de forma temporária

governos estaduais em carta ao Ministério da Economia

necessidades e prover a gestão do SUS de recursos adicionais de forma temporária, sob pena de assistirmos ao colapso sanitário e econômico da nação”, traz o documento. Entidades que representam prefeitos também apresentaram ao governo uma série de reivindicações para enfrentar a crise do coronavírus.

A FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) entregou ofício ao presidente Jair Bolsonaro e ao Ministério da Economia

no qual pede, por exemplo, a suspensão de pagamentos de precatórios e do recolhimento de FGTS, INSS e Papep por estados e municípios relativos a empregados públicos, parcela patronal e Regimes Próprios de Previdência Social.

Pedem ainda um orçamento especial de crise, separado das demais contas públicas, para contratar médicos e demais profissionais em caráter emergencial e instituir programas de investimentos

públicos em infraestrutura.

“Gastos emergenciais com saúde, e outros eventuais, precisam receber um tratamento diferenciado excepcional, no Orçamento, no controle, nas prestações de contas, seja para fins de verificação dos limites constitucionais mínimos, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da emenda do teto de gastos”, diz a entidade.

A FNP pede também que o governo federal suspenda a rolagem da dívida do Tesouro

e todos os demais financiamentos do governo, além da unificação dos mínimos constitucionais de saúde e educação para vigorar neste ano.

A CNM (Confederação Nacional de Municípios) entregou documento à Presidência, ao STF (Supremo Tribunal Federal) e ao Congresso no qual pede a liberação de R\$ 2,4 bilhões para atenção primária de saúde (parte dos cerca de R\$ 5 bilhões da medida provisória 924/2020) e 50% dos recursos já anunciados do DPVAT (R\$ 2,25 bilhões) para o SUS (Sistema Único de Saúde).

A confederação também pede para compensar a queda da arrecadação municipal esperada com a paralisação de parte das atividades econômicas, sempre que o valor mensal do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) for inferior ao transferido em 2019.

A suspensão do pagamento da dívida de R\$ 50 bilhões com o RGPS (Regime Geral de Previdência Social) por 120 dias também está na lista, além do adiamento da contribuição patronal aos Regimes Próprios de Previdência.

Segundo a Reuters, o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) afirmou que o chamado Plano Mansueto, cujo projeto de lei está sob sua relatoria, pode ser uma porta de entrada para novas medidas de ajuda a estados, como a suspensão

do pagamento de dívidas por 12 meses e aumento de transferências aos entes.

As declarações foram dadas após reunião com a equipe econômica. Questionado sobre o tema na terça (12), o Tesouro informou, via assessoria de, que “os assuntos de fato foram discutidos na reunião, estão sendo devidamente analisados e, quando houver uma decisão, ela será amplamente divulgada”.

O Plano Mansueto foi enviado ao Congresso em 2019 e mira a concessão de garantias da União para empréstimos contratados por estados e municípios, estabelecendo contrapartidas de ajuste fiscal em troca desse auxílio.

Com Reuters

RS declara calamidade pública e anuncia medidas econômicas

Paula Sperb

PORTO ALEGRE Por causa da pandemia do novo coronavírus, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), anunciou medidas econômicas para tentar minimizar a crise. O anúncio foi feito na noite de quarta-feira (18). Nesta quinta-feira (19), Leite declarou situação de calamidade no estado.

O Banrisul, principal banco público do Rio Grande do Sul, vai apresentar condição de carência de dois meses pa-

ra pagamento de dívidas por crédito adquirido por micro, pequenas e médias empresas. Para as empresas com esse perfil, o limite de crédito será ampliado em 10%. O Banrisul tem R\$ 3 bilhões pré-aprovados para empresas que estejam no limite de crédito.

Para pessoas físicas, o Banrisul anunciou R\$ 11 bilhões para empréstimos e aumento de 10% no limite do Banricompras. O Banricompras é o serviço de débito, compras a prazo e compras parceladas com o cartão do Banrisul.

“A questão econômica impacta a vida das pessoas. A gente não está aqui falando em economia para salvar CNPJs, as empresas propriamente ditas, mas o que toca a vida das pessoas, os funcionários, empregados, aqueles que vão ter a vida atingida. Porque parar tudo, absolutamente, sem dívida nenhuma vai impactar a vida de muita gente e empregos”, disse Leite no vídeo do anúncio.

Além do Banrisul, o governador gaúcho articula medidas com outros dois bancos

do estado, o Badesul (Banco de Desenvolvimento) e o BRDE (Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

O secretário da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso, disse que os estados têm procurado o governo federal para encontrar uma maneira para que os empreendedores e as pessoas em geral ultrapassem os próximos meses da crise.

Cardoso afirmou que o exemplo dos demais países, que já estão em fase mais avançada da pandemia, mostra a importância da ação do

governo federal.

Leite disse que o Brasil precisa disso também. “A gente roga ao governo federal, ao presidente da República, ao ministro da Economia, as ações necessárias”, disse o governador. Para o tucano, o governo deve priorizar medidas que ampliem o crédito e de apoio aos governos estaduais.

“Estamos fazendo tudo que está ao alcance do estado. O governo tem suas limitações fiscais, limitações na competência legal. Boa parte do impacto vai ser sentida na eco-

nomia, das ações que devem ser empreendidas em nível federal”, disse Leite.

De acordo com o governador, medidas como isentar ou diminuir os tributos estaduais ficam limitadas no momento por causa da queda da arrecadação, daí a importância da ajuda federal.

Além do novo coronavírus, o Rio Grande do Sul sofre com uma grave estiagem. O Banrisul tem R\$ 400 milhões disponíveis para custeio da safra com três anos de prazo para pagamento.

Tribuna

Estados pedem auxílio de R\$ 15,6 bilhões para enfrentar o coronavírus

MARINA BARBOSA
CORREIO BRAZILIENSE

Os estados brasileiros pediram ao governo federal um auxílio emergencial de R\$ 15,6 bilhões mensais para o enfrentamento do coronavírus. O montante, segundo os secretários estaduais da Fazenda e da Saúde, corresponde à perda de receita e ao aumento de despesas provocados pela pandemia. O pedido dos estados foi apresentado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, por meio de ofício assinado pelo Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e pelo Comitê Nacional de Secretários de Saúde (Conass) nessa quarta-feira (18).

"Preocupa-nos sobremaneira não somente a questão do financiamento para a instalação e funcionamento de mais leitos hospitalares, em regime de cuidados intensivos e de isolamento, mas também a necessidade de custear pessoal, logística e estruturas, além da ampliação de serviços ambulatoriais, dentre outros,

para fazer frente a um cenário de epidemia já instalada e que irá se agravar rapidamente, segundo o padrão de comportamento da doença até então observado no mundo ocidental", argumentam os secretários, acrescentando que "é essencial antever estas necessidades e prover a gestão do SUS de recursos adicionais de forma tempestiva, sob pena de assistirmos ao colapso sanitário e econômico da Nação".

No ofício enviado a Guedes, os secretários ainda justificam o pedido dizendo que a desaceleração econômica causada pelo coronavírus vai provocar uma perda de receita de R\$ 14 bilhões mensais nos estados. E cerca de 20% dos recursos que os estados arrecadam por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e recebem da União através do Fundo de Participação dos Estados (FPE), dos royalties e participações especiais de petróleo.

"Com suas receitas fortemente dependentes da economia real, mesmo em estágio muito inicial da quarentena dos cidadãos, os estados já começaram a registrar o reflexo esperado da



O MINISTÉRIO da Economia ainda não se manifestou oficialmente sobre o pedido dos secretários

redução da demanda que é queda na arrecadação tributária atual", afirmam os secretários estaduais da Fazenda.

Além disso, os secretários da Saúde calculam que as medidas de combate ao coronavírus vai demandar um gasto extra de R\$ 5 bilhões nos próximos três meses. Por isso, pedem que a União compense a perda de receita de R\$ 14 bilhões e também transfira mais R\$ 1,6 bilhão por mês para os estados, com foco "financiamento emergencial de ações de assistência à

saúde". Ainda de acordo com os estados, esses R\$ 15,6 bilhões devem ser divididos levando em conta o número de habitantes de cada ente federativo.

O Ministério da Economia ainda não se manifestou oficialmente sobre o pedido dos secretários, mas já indicou que os repasses para os estados podem ser ampliados com a aprovação do estado de calamidade pública pelo Congresso. Afinal, a calamidade permite que o governo amplie os gastos com o enfrentamento do coronavírus.

Estados pedem suspensão de dívida

Governadores querem também abertura de novas operações de crédito e programas de renda básica

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

20/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os governadores dos 26 Estados e do Distrito Federal assinam carta direcionada à Presidência da República solicitando medidas emergenciais para conter os efeitos da crise do novo coronavírus. Entre as medidas, governadores pedem aporte de recursos, suspensão por 12 meses do pagamento da dívida dos Estados com União e bancos públicos, aprovação do Plano Mansueto e aplicação de renda mínima à população mais vulnerável economicamente.

Os governadores pedem aporte de recursos para custeio de ações de média e alta complexidade, na razão de R\$ 4,50 per capita, a serem repassados aos Estados e destinados à saúde, para atendimento em emergências hospitalares, a aquisição de “kits coronavírus” e equipamentos, e criação de novos leitos.

O Estados querem também a disponibilização de linhas de crédito do BNDES para aplicação em serviços de saúde e investimentos em obras. Adicionalmente, pleiteiam recursos livres para reforçar a capacidade financeira frente às iminentes perdas de arrecadação e a necessidade de ações de apoio a empresas e à população, assim como liberação de limites e condições para contratação de novas operações de crédito.

Pedem ainda redução da meta de superávit primário para evitar contingenciamento diante da necessidade de recursos do sistema de saúde, e pronta aplicação da Lei 10.835, de autoria do ex-senador Eduardo Suplicy e aprovada em 2004, que institui a renda básica de cidadania, a chamada renda mínima.

 SEJA O PRIMEIRO A COMENTAR

Mais do Valor **Econômico**

Paraná Banco pede à CVM interrupção do processo de IPO

Instituição diz que pedido foi motivado pelas atuais condições de mercado resultantes da pandemia de coronavírus

20/03/2020 10:32 — Em Finanças

Bolsonaro confirma mais 4 casos de coronavírus em comitiva que foi aos EUA

Com isso, sobe a 22 o número de pessoas infectadas que estiveram com o presidente na viagem

20/03/2020 10:27 — Em Política

Veículo: Política Livre	
Data: 20/03/2020	Caderno: Economia



20 de março de 2020 | 07:03

Estados e municípios pedem à União repasses extras e suspensão de dívida

ECONOMIA

Estados e municípios entregaram ao governo federal uma série de demandas, como recursos para saúde, compensações em razão da perda de arrecadação, suspensão de pagamento de dívidas e possibilidade de corte em salários de servidores.

Os governos estaduais pediram ao Ministério da Economia o repasse de R\$ 15,6 bilhões mensais para o enfrentamento ao coronavírus, sendo R\$ 14 bilhões para cobertura de perdas financeiras com a queda de arrecadação.

A suspensão por 12 meses do serviço da dívida pública dos estados junto a União e bancos públicos representa outros R\$ 3 bilhões mensais (R\$ 36 bilhões no total).

Por um período de três meses, também solicitaram o repasse de R\$ 1,66 bilhão mensais, ou R\$ 5 bilhões no total, para o financiamento de ações emergenciais de saúde.

As demandas foram encaminhadas em ofício ao ministro da Economia, Paulo Guedes, no qual afirmam que já é possível observar queda na demanda e, conseqüentemente, na arrecadação tributária, sendo que o fluxo de bens nos sistemas de controle interno e de fronteiras aponta para uma contração muito maior nos próximos dias.

Em relação aos recursos para a saúde, os estados dizem que as verbas são necessárias não só para a instalação de mais leitos nos hospitais mas também para custear gastos com pessoal, logística e infraestrutura, além de ampliação de serviços ambulatoriais.

“É essencial antever essas necessidades e prover a gestão do SUS de recursos adicionais de forma tempestiva, sob pena de assistirmos ao colapso sanitário e econômico da nação”, traz o documento.

Entidades que representam prefeitos também apresentaram ao governo uma série de reivindicações para enfrentar a crise do coronavírus.

A FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) entregou ofício ao presidente Jair Bolsonaro e ao Ministério da Economia no qual pede, por exemplo, a suspensão de pagamentos de precatórios e do recolhimento de FGTS, INSS e Pasep por estados e municípios relativos a empregados públicos, parcela patronal e Regimes Próprios de Previdência Social.

Pedem ainda um orçamento especial de crise, separado das demais contas públicas, para contratar médicos e demais profissionais em caráter emergencial e instituir programas de investimentos públicos em infraestrutura.

“Gastos emergenciais com saúde, e outros eventuais, precisam receber um tratamento diferenciado excepcional, no Orçamento, no controle, nas prestações de contas, seja para fins de verificação dos limites constitucionais mínimos, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da emenda do teto de gastos”, diz a entidade.

A FNP pede também que o governo federal suspenda a rolagem da dívida do Tesouro e todos os demais financiamentos do governo, além da unificação dos mínimos constitucionais de saúde e educação para vigorar neste ano.

A CNM (Confederação Nacional de Municípios) entregou documento à Presidência, ao STF (Supremo Tribunal Federal) e ao Congresso no qual pede a liberação de R\$ 2,4 bilhões para atenção primária de saúde (parte dos cerca de R\$ 5 bilhões da medida provisória 924/2020) e

50% dos recursos já anunciados do DPVAT (R\$ 2,25 bilhões) para o SUS (Sistema Único de Saúde).

A confederação também pede para compensar a queda da arrecadação municipal esperada com a paralisação de parte das atividades econômicas, sempre que o valor mensal do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) for inferior ao transferido em 2019.

A suspensão do pagamento da dívida de R\$ 50 bilhões com o RGPS (Regime Geral de Previdência Social) por 120 dias também está na lista, além do adiamento da contribuição patronal aos Regimes Próprios de Previdência.

Segundo a Reuters, o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) afirmou que o chamado Plano Mansueto, cujo projeto de lei está sob sua relatoria, pode ser uma porta de entrada para novas medidas de ajuda a estados, como a suspensão do pagamento de dívidas por 12 meses e aumento de transferências aos entes.

As declarações foram dadas após reunião com a equipe econômica. Questionado sobre o tema na terça (12), o Tesouro informou, via assessoria de, que “os assuntos de fato foram discutidos na reunião, estão sendo devidamente analisados e, quando houver uma decisão, ela será amplamente divulgada”.

O Plano Mansueto foi enviado ao Congresso em 2019 e mira a concessão de garantias da União para empréstimos contratados por estados e municípios, estabelecendo contrapartidas de ajuste fiscal em troca desse auxílio.

Folha de S.Paulo

24h

ECONOMIA

Governo vai compensar corte de salários

PANDEMIA Os trabalhadores que tiverem o salário e a jornada reduzidos pelos empregadores, como medida de enfrentamento aos impactos econômicos do novo coronavírus, receberão durante três meses uma compensação do governo, que irá de R\$ 261,25 a R\$ 453,26. Essas cifras vão corresponder a 25% do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido. O valor atual do seguro vai de R\$ 1.045 até R\$ 1.813,03. O novo repasse só será feito a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.090).

A nova medida foi anunciada ontem pelo Ministério da Economia, como parte do "programa antidesemprego" diante da retração econômica esperada com as medidas para enfrentar a pandemia no país. A equipe econômica também vai antecipar uma parcela de R\$ 200 mensais para as pessoas com deficiência que ainda esperam na fila do INSS pela concessão definitiva do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado à baixa renda.

No total, o pacote com iniciativas para proteger os mais vulneráveis, preservar empregos e combater a pandemia já soma R\$ 184,6 bilhões. Só a compensação para o trabalhador vai custar R\$ 10 bilhões

O INSS também vai bancar os primeiros 15 dias de auxílio-doença para trabalhadores que precisarem se afastar de suas funções devido à covid-19

FORD INTERROMPE PRODUÇÃO EM CAMAÇARI

MONTADORA A Ford irá suspender temporariamente a produção em suas fábricas no Brasil - Camaçari (BA), Taubaté (SP) e na unidade da Troller em Horizonte (CE) - e na fábrica de Pacheco, na Argentina, em resposta ao crescente impacto do coronavírus na América do Sul. A medida entra em vigor no Brasil segunda-feira e na Argentina no dia 25 de março, e tem como objetivo principal manter os funcionários em segurança e ajudar a limitar a propagação do vírus, além de ajustar os volumes de produção à redução na demanda dos consumidores gerada por essa situação sem precedentes.

Em nota, a montadora disse que desde o início do surto do coronavírus, vem tomando todas as medidas possíveis para minimizar o impacto da doença, adotando o trabalho remoto (com exceção das funções críticas que não podem ser realizadas fora das instalações da empresa), limitando os visitantes nas fábricas e escritórios e aumentando a frequência da limpeza nas instalações, entre outras.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 20/03/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 20 de Março de 2020 - 09:40

Camaçari: Ford suspende atividades por tempo determinado devido a Covid-19



A Ford anunciou que vai suspender temporariamente a produção nas fábricas da montadora no Brasil. A medida inclui a unidade de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). O motivo da paralisação é o risco de propagação do novo coronavírus. Além da fábrica de Camaçari, também vai parar por tempo determinado as unidades de Taubaté (SP), da Troller em Horizonte (CE), além da fábrica de Pacheco, na Argentina. No Brasil a suspensão das atividades tem início nesta segunda-feira (23) e na Argentina, na quarta-feira (25).

A retomada do trabalho está prevista para 13 de abril. Em nota, a Ford informou que, além de preservar os funcionários, a medida visa ajustar os volumes de produção à redução na demanda dos consumidores. Além da Ford, a GM, Mercedes-Benz e Volkswagen também suspenderam as produções nas fábricas.

FOLHA DE S.PAULO

Clima de enterro da responsabilidade fiscal é caminho perigoso

É importante agora gastar, e muito, com o que é essencial, mas é preciso ser temporário, apenas enquanto a crise durar

ANÁLISE

Marcos Mendes

Pesquisador associado do Insper, é autor de Por que É Difícil Fazer Reformas Econômicas no Brasil?

A crise sanitária e a necessidade de parada súbita da economia levaram o governo federal a pedir a decretação de calamidade pública com consequente suspensão da obrigação de cumprimento da meta de resultado primário.

Instalou-se, a partir daí, um clima de que a responsabilidade fiscal está enterrada e vale gastar com tudo, pelo bem da reativação da economia. Caminho perigoso.

Não estamos em um caso clássico de escassez de demanda, em que qualquer gasto do governo faz a roda voltar a girar. Vivemos uma parada súbita do sistema produtivo: trabalhadores e consumidores em quarentena, lojas fechadas e falta de insumos. E enfrentamos essa situação com as contas públicas em pandarecos.

É fundamental ter prioridades. Importante gastar, e muito, com o que é essencial: ações de saúde, sustentação de renda de pobres e informais, capital de giro para empresas.

Manter os portos e canais de distribuição funcionando com segurança, organizar racionamento, garantir a ordem pública. Policiamento de fronteira, motins em penitenciárias. Desafios de alto custo financeiro, gerencial e logístico.

O gasto deve focar o essen-

cial para lidar com o tipo de crise que enfrentamos. E precisa ser temporário: enquanto a crise durar.

Se, passada a crise, conseguirmos voltar para a trajetória de ajuste das contas, a dívida mais alta não será um problema grave. Mas, se estivermos com uma conta mais pesada de despesas rígidas e obrigatórias, a dívida sairá de controle: vamos pagar mais juros e a retomada do crescimento será ainda mais difícil.

A experiência da política anticíclica de 2009 nos ensina essa lição. A crise passou, e os estímulos continuaram a todo vapor. A desoneração da folha de pagamentos, então criada, ainda está vigente, 11 anos depois. O desarranjo fiscal ali criado foi a semente da recessão de 2014-16.

Nesse sentido, algumas ações atuais preocupam.

Em plena crise, a Câmara aprovou a MP 899, que inclui a regulamentação do pagamento de bônus aos fiscais da receita. Aumento de remuneração a servidores públicos, um dia depois de se anunciar a possibilidade de corte de até 50% nos salários do setor privado!

Não devemos todos dar nossa cota de sacrifício? O correto seria que os salários mais elevados da administração pública, nos três níveis de governo, fossem temporariamente reduzidos, para ajudar a financiar o esforço de guerra à epidemia.

E o que dizer dos secretários da Fazenda demandando R\$ 14 bilhões por mês do go-

[...]

A experiência da política anticíclica de 2009 nos ensina essa lição. A crise passou, e os estímulos continuaram a todo vapor. A desoneração da folha de pagamentos, então criada, ainda está vigente, 11 anos depois. O desarranjo fiscal ali criado foi a semente da recessão de 2014-16

verno federal para compensar suas perdas de arrecadação? Uma coisa é cooperação financeira para ações de combate à crise. Outra coisa é uma compensação com gancho jurídico para virar permanente. Estratégia na qual os estados são mestres.

Também é inadequada a iniciativa de aprovar um novo texto para ampliar o BPC (Benefício de Prestação Continuada). O texto aprovado pelo Congresso estava suspenso por liminar do TCU, que agora volta atrás em nome do combate a crise. Mas não é resposta adequada à crise a ampliação, em caráter permanente, de um programa social caro e de baixa focalização nos mais pobres.

Ademais, o texto em negociação é propício a aumentar a judicialização e os custos gerenciais do programa. E o cerne do problema que levou à liminar do TCU não está resolvido: qual será a fonte de financiamento?

Passada a crise, enfrentaremos um duro retorno ao inevitável ajuste das contas. Seria recomendável, desde já, sobrestar projetos não relacionados à atual emergência e que trazem alto custo fiscal futuro, para que, após a crise, sejam avaliados custos e oportunidade.

Aí se incluem: a PEC do Fundeb (que poderia ser temporariamente prorrogado nos termos atuais), a constitucionalização do Bolsa Família, o fundo extraordinário para o ambiente e o 13º salário para o BPC.

FOLHA DE S.PAULO

Governo vai bancar parte do salário que for reduzido

Complementação de renda valerá só para quem recebem até dois mínimos

Bernardo Caram e Fábio Pupo

BRASÍLIA Em mais um conjunto de ações para combater os efeitos econômicos do novo coronavírus, o governo anunciou nesta quinta (19) que vai complementar o salário de parte dos trabalhadores que tiveram salários cortados durante o período de crise.

Também está no plano do Executivo bancar os primeiros 15 dias da remuneração de funcionários afastados por terem contraído o novo coronavírus. O Ministério da Economia não detalhou essa medida.

A regra da complementação de salário valerá somente para pessoas que recebem até dois salários mínimos e tiverem jornada e remuneração reduzidas, conforme autorização do governo.

Essas pessoas receberão uma antecipação de 25% do que teriam direito mensalmente se perdessem o emprego e solicitassem o seguro-desemprego.

De acordo com o informado pelo Ministério da Economia, o valor ficará entre R\$ 261,25 e R\$ 381,22, dependendo do salário do trabalhador.

Os técnicos chegaram a afirmar à imprensa que o valor máximo dos pagamentos se-

ria de R\$ 453,26, mas tal cálculo considerava o teto do seguro-desemprego, e não o público da medida, que são os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

O programa vai atender a 11 milhões de pessoas. O custo total é calculado em R\$ 10 bilhões pelo pagamento de três parcelas e será bancado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Por se tratar de um adiantamento, caso o trabalhador seja demitido no futuro, ele terá direito ao seguro-desemprego, descontado o valor já antecipado.

Os técnicos do Ministério da Economia afirmam que o valor de 25% foi definido considerando os salários dos trabalhadores mais vulneráveis, os recursos existentes atualmente no FAT e a necessidade de não usar tantos recursos do fundo, hoje já deficitário.

O governo ainda avalia se as medidas serão apresentadas ao Congresso via projeto de lei, que só passa a valer após votação dos parlamentares, ou se será uma medida provisória, que tem efeito imediato. Segundo a pasta, há acordo com o Legislativo para aprovação.

Entre as medidas anunciadas na quarta-feira (18), está a permissão para que as jor-

nadas e salários de trabalhadores sejam cortados em até 50% no período da crise. Isso poderá ser feito caso haja concordância entre patrão e empregado.

O objetivo do governo é evitar um aumento das demissões durante o período de fragilidade da economia. Não haverá nenhuma proibição de que a empresa demita esse funcionário que estiver com o salário reduzido, caso necessário.

"Não é cabível fazer um engessamento do mercado de trabalho em um momento tão grave", disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo.

Também nesta quinta, foi anunciado um reforço do atendimento virtual do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). As agências funcionarão em regime de plantão apenas para orientar usuários sobre as funções dos canais digitais.

Com a medida, serão dispensadas de perícia médica pessoas que buscam auxílio-doença e BPC (Benefício de Prestação Continuada) voltado a deficientes.

Como medida auxiliar, o governo vai pagar R\$ 200 mensais para esses requerentes até que os benefícios sejam efetivamente liberados. Apenas no BPC, existe hoje uma fila com 470 mil pedidos.

Bastará que o requerente carregue o atestado médico no aplicativo do INSS para que seja feita a análise e a concessão. O sistema ainda não está pronto, mas a medida ainda depende de aprovação do Congresso para valer.

"Peço a todos que não se desloquem às agências do INSS por um motivo de saúde e para que a gente possa proteger os segurados", afirmou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

Na área assistencial, a equipe econômica espera gastar R\$ 15 bilhões para pagar R\$ 200 mensais durante três meses a pessoas que estão na informalidade e não recebem benefícios como o Bolsa Família e o BPC (benefícios para idosos e deficientes em situação de miséria).

Em outras frentes de atuação, foram adiados os vencimentos de tributos e antecipados os pagamentos de benefícios como o 13º a aposentados e abono salarial. Por meio dos bancos públicos, foram ampliadas linhas de crédito para que empresários e pessoas físicas tenham acesso facilitado a recursos em momentos de emergência.

Os técnicos ainda lembram que as medidas podem ser alteradas assim que chegarem ao Congresso.

Medidas contra a crise

COMPLEMENTAÇÃO DE SALÁRIO QUEM TIVER JORNADA E SALÁRIO REDUZIDOS

Para quem?

Pessoa que recebe até dois salários mínimos. Vai atender a 11 milhões de pessoas

Como funcionará?

Adiantamento de 25% do valor que a pessoa teria direito de seguro-desemprego, caso fosse demitida. O pagamento mensal ficará entre R\$ 261,25 e R\$ 453,26

DISPENSA DE PERÍCIA NO INSS

Para quem?

Solicitantes de auxílio-doença e BPC (Benefício de Prestação Continuada) voltado a deficientes

Como funcionará?

Bastará que o requerente carregue o atestado médico no aplicativo do INSS para que seja feita a análise e a concessão

ANTECIPAÇÃO DE RECURSOS PARA BENEFICIÁRIOS

Para quem?

Requerentes de auxílio-doença e BPC

Como funcionará?

Dispensadas da perícia, quem pediu ou vier a pedir esses benefícios receberá adiantamento de R\$ 200 enquanto esperam liberação. No BPC, a fila está em 470 mil pedidos

LIMITAÇÃO DOS SERVIÇOS EM AGÊNCIAS DO INSS

Como funcionará?

Reforço do atendimento virtual do INSS. As agências funcionarão em regime de plantão apenas para orientar usuários sobre as funções dos canais digitais. Servidores e peritos trabalharão de casa

PAGAMENTO, PELO GOVERNO, DOS PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO (AINDA NÃO OFICIALIZADA)

Para quem?

Trabalhadores que contraírem o novo coronavírus

Como funcionará?

Governo vai bancar os primeiros 15 dias da remuneração de funcionários afastados por terem contraído o vírus

R\$ 10 bilhões

é o custo do pagamento de três parcelas de complemento a quem tiver salário reduzido, que será bancado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)

R\$ 15 bilhões

é quanto a equipe econômica espera gastar para pagar R\$ 200 mensais durante três meses a pessoas que estão na informalidade e não recebem benefícios como o Bolsa Família e o BPC (benefícios para idosos e deficientes em situação de miséria)

FOLHA DE S.PAULO

Corte de salário preservará empregos, dizem analistas

Sindicatos criticam medida e afirmam que redução na renda aprofundará a crise

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Com mais flexibilidade para negociar, as empresas poderão ter mais condições de manter os empregos durante a crise do coronavírus. A avaliação de advogados trabalhistas é que há urgência na adoção de medidas, de modo a garantir o menor impacto possível para empregados e para empregadores.

Nesta quinta-feira (19), a equipe econômica informou que trabalhadores que recebem até dois salários mínimos receberão um complemento, bancado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), de 25% do seguro-desemprego a que teriam direito se fossem demitidos. A redução na jornada e no salário será de até 50% e poderá ser limitada ao salário mínimo.

Para Leticia Ribeiro, sócia da área trabalhista do Trench Rossi Watanabe, falta o gover-

no detalhar os parâmetros da proposta —ainda não está definido se será uma medida provisória ou um projeto de lei—, mas considera importante a rapidez em facilitar as negociações.

“Se não houver uma resposta, as empresas não vão conseguir manter os empregos. A consequência vai ser uma série de dispensas”, diz.

Hoje, empresas em situações econômicas difíceis podem reduzir até 25% dos salários, mas esse corte precisa ser negociado com o sindicato. A redução também é limitada ao piso regional de cada categoria, quando houver.

A advogada diz que uma flexibilização dessa regra pode ser um “caminho do meio” para garantir ou reduzir o risco de demissões, pois, na avaliação de Leticia, manter as remunerações integrais não será sustentável para empresas que não tiverem condições de

seguir funcionando de maneira remota.

Além da flexibilização na redução de salário, há a expectativa de outras medidas, como a facilitação na concessão de férias coletivas. Na regra atual, as empresas precisam comunicar o sindicato com antecedência de duas semanas. A equipe econômica estuda reduzir o prazo para 48 horas.

Antecipação de 15 dias do período de férias, mesmo sem que o trabalho tenha adquirido o direito, e suspensão do pagamento do FGTS por três meses (com a garantia de recolhimento na sequência) também estão em análise.

Na avaliação do governo, as medidas podem reduzir o aperto no caixa das empresas.

Para as três maiores centrais sindicais do país, a proposta aprofunda o achatamento na renda dos trabalhadores e pode criar um encadeamento de piores em outros setores.

O presidente da CUT, Sergio Nobre, diz que não há espaço para redução na renda. Ele afirma também que um corte nos salários afetará os pequenos negócios, nos quais a maioria dos empregos estão.

Essa situação exigiria liberação de recursos e incentivos, especialmente às micro e pequenas empresas.

“O trabalhador não vai poder consumir, não vai pagar aluguel, só piorando a situação. Boa tarde dos trabalhadores hoje não aguentaria nem uma redução de 10%, 15% no salário. Se isso ocorre, ele não compra arroz, não compra feijão e a economia para”, afirma.

Para a Força Sindical, o governo deveria estimular o uso de mecanismos já previstos na lei trabalhista, como o lay-off.

As centrais também propõem que o governo use um dispositivo pouco aplicado da CLT que permite a suspensão do contrato de trabalho por

tempo determinado. Por até cinco meses, o funcionário não recebe salário.

Para os sindicatos, o dispositivo poderia ser usado por até três meses, permitindo recebimento do seguro-desemprego no período.

O presidente da UGT, Ricardo Patah, afirma que as medidas dos governos federal, estadual e municipal (esses dois últimos em São Paulo) são muito tímidas.

“O governo quer tirar os sindicatos das negociações, enquanto deveria usar nossa estrutura para discutir as medidas com os setores”, diz Patah.

Coronavírus pode distorcer dados sobre desemprego

RIO O isolamento domiciliar para enfrentar a pandemia de coronavírus deve distorcer os dados sobre o mercado de trabalho, alertam especialistas. Com menos gente em busca de uma vaga, a tendência é que a taxa de desemprego caia mesmo que novas vagas não seja criadas.

Nesta quinta (19), o IBGE anunciou a suspensão das entrevistas presenciais para a Pnad Contínua, que mede o desemprego. A coleta de infor-

mações passará a ser feita por telefone, o que também deve impactar o resultado.

Os entrevistados são questionados se procuraram emprego nos últimos 30 dias e se estavam disponíveis para assumir a vaga na semana de referência. A taxa de desemprego se baseia naqueles que responderam positivamente.

“O número de pessoas procurando emprego cairá fortemente devido ao isolamento obrigatório. Portanto, tecnicamente não estarão desempregadas”, escreveu em uma rede social o economista Octavio de Barros. “Assim, não descarto que o desemprego possa cair nas estatísticas, o que seria um contrassenso.”

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, diz que, tecnicamente, será um “desemprego desencorajado”: a pessoa sai do mercado por não acreditar que vai encontrar um posto de trabalho —ou, nesse caso, também por não poder sair de casa.

O IBGE afirma que esse contingente será transferido para as categorias população fora da força de trabalho, aqueles que não buscam emprego, ou na força de trabalho potencial, que gostariam de trabalhar, mas não procuraram emprego ou não estavam disponíveis para ocupar uma vaga na semana. **Nicola Pamplona**

Corte de salários atingirá mais atividade, dizem centrais

Para sindicatos, medidas podem dificultar ainda mais a retomada da economia

Por **Thais Carrança** — De São Paulo

20/03/2020 05h00 · Atualizado há 8 minutos

A possibilidade de redução de jornadas e salários em até 50%, mediante negociação individual, anunciada na quarta-feira pelo governo como parte de pacote com a intenção de preservar empregos, pode atingir ainda mais a atividade econômica, já combatida pela restrição de circulação provocada pela crise do coronavírus, avaliam as centrais sindicais brasileiras.

A diminuição dos rendimentos dos trabalhadores formais, num momento em que os informais também devem ser fortemente afetados por este problema, pode ainda dificultar a retomada da economia, dizem os sindicalistas. Segundo eles, o ônus das medidas anunciadas pelo governo está desigualmente distribuído entre empresas e trabalhadores e a possibilidade de negociação individual dá espaço a oportunismo.

- **Empresários e trabalhadores fazem acordos para reduzir salários**
- **Compra de dívida pode ser caminho para evitar falência**
- **Governo 'antecipa' 25% do seguro-desemprego**

A proposta do governo será encaminhada via medida provisória ao Congresso, com efeito imediato, e duração enquanto vigorar o estado de calamidade, previsto para se estender até 31 de dezembro. A legislação trabalhista vigente já permite a suspensão temporária de contratos por até cinco meses, com salários pagos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acordos para redução de jornadas e salários limitados a três meses renováveis e a até 25% do salário, sempre com intermediação sindical.

“O que temos que fazer é manter a renda dos trabalhadores para que a gente saia dessa crise com empregos protegidos, mas pensando na retomada da economia”, diz Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). “Reduzir salários dos trabalhadores vai na contramão do que o mundo está fazendo.” Nobre lembra ainda que há outros instrumentos que podem ser utilizados pelas empresas em dificuldades financeiras antes da redução de salários, como o uso de férias vencidas e a vencer, de férias coletivas, de banco de horas, de licenças remuneradas e da própria suspensão temporária de contratos já prevista em lei.

Adílson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), avalia que há desequilíbrio no tratamento de empresas e trabalhadores nas medidas anunciadas pelo governo. “Não podemos admitir de pronto que salários sejam reduzidos pela metade, enquanto para as empresas as medidas anunciadas são desonerações”, diz. “O problema é grave, mas os trabalhadores não podem ser os únicos a pagar a conta.” Miguel Torres, presidente da Força Sindical, reforça a importância de que as negociações para eventuais reduções de jornadas e salários sejam feitas através dos sindicatos. “A saída tem que ser coletiva, via sindicatos, para não ter oportunismo.”

A presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Porto, classificou como “precipitada e potencialmente nociva” a proposta de permitir que empresas cortem em até 50% a jornada e os salários de trabalhadores em meio ao avanço da pandemia de coronavírus. **(Laborou Isadora Peron, de Brasília)**

Economistas aprofundam apostas de queda do PIB

Expectativa de queda no setor de serviços impulsiona revisões para baixo

Por Anais Fernandes, Ana Conceição e Arícia Martins — São Paulo

20/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A possibilidade de o cenário político conturbado no Brasil continuar após o período mais agudo da crise do coronavírus está no radar de analistas, que seguem jogando para o campo negativo estimativas de desempenho da economia neste ano.

O BNP Paribas e a MCM Consultores estimam queda de 1% no Produto Interno Bruto (PIB) de 2020. Antes, o banco projetava alta de 1,5%, e a consultoria, de 1,4%. “O setor de serviços preocupa particularmente, porque é bastante concentrado, de certa maneira, em centros urbanos e muito suscetível aos impactos de demanda”, diz Gustavo Arruda, economista-chefe do BNP.

Com a aguda deterioração das condições financeiras, o tombo da confiança e efeitos permanentes da crise sobre segmentos mais frágeis, a recuperação da economia, após a semiparalisação, tende a ser gradual, mantendo a atividade em nível baixo no ano, escreve a MCM em relatório.

Para eles, é prematuro avaliar quão eficientes serão o corte da Selic para 3,75%, informado anteontem, e as demais medidas tomadas por Banco Central, Conselho Monetário Nacional e Ministério da Economia. “Dada a crescente amplitude da crise, é provável que medidas adicionais venham a ser adotadas em breve, e que,



mesmo assim, uma contração do PIB neste ano seja inevitável”, disseram, antes dos anúncios feitos ontem.

Em uma faixa de projeções ligeiramente superior, o Bank Of America (BofA) revisou sua previsão para o PIB deste ano de 1,5% para -0,5%, enquanto o banco Safra cortou de 1,6% para -0,3%. O hiato do produto (nível de ociosidade da economia) deve se fechar apenas em 2023, diz o Safra.

Na ponta pessimista, o ASA Bank espera agora retração de 3% da economia em 2020. A revisão ocorre dois dias após o banco ter cortado sua projeção de alta de 1,2% para zero. “Torcemos para estarmos errados nestas projeções”, dizem em relatório os economistas Carlos Kawall, Gustavo Ribeiro e Leonardo Costa, destacando que a incerteza é elevada.

No cenário do ASA, haveria paralisação parcial da atividade no segundo trimestre e restrições à circulação de pessoas em ao menos um terço do período.

A MCM destaca que sua revisão não se limita a este ano - foi de 2% para 1,4% em 2021. Na sua avaliação, torna-se maior o risco de que, passada a fase emergencial da crise da covid-19, durante a qual lideranças políticas devem trabalhar juntas, quedas de braço entre os Poderes voltem a prevalecer, restringindo o espaço para aprovar reformas. “A ameaça para os próximos anos, portanto, é de que, diante de um ‘cenário-base’ medíocre, o ‘cenário alternativo adverso’ seja muito preocupante.”

No contexto atual, o ASA diz que o foco de governo e Congresso está na reação à crise, e não nas reformas. Isso reflete, segundo o banco, falta de capacidade operacional do Legislativo, com congressistas afetados pela doença, e “o aumento do ruído político entre o governo e o Parlamento”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara
POUPADOR DE ENERGIA

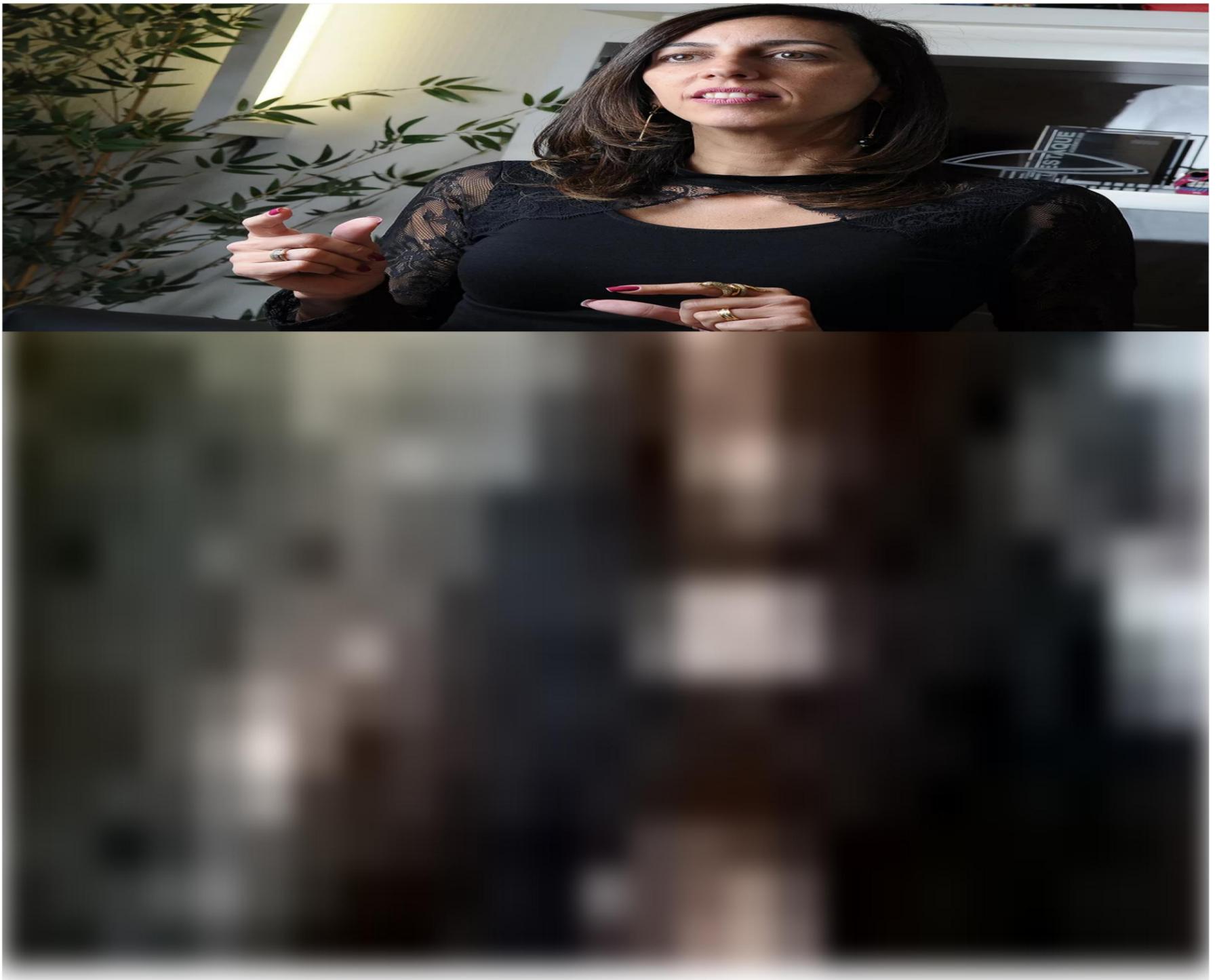


Empresários e trabalhadores fecham acordos para reduzir jornadas e salários

Negociações também preveem suspensão de contratos e férias coletivas

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

20/03/2020 05h01 · Atualizado há 24 minutos



Juliana Bracks: legislação trabalhista e as negociações podem ajudar as empresas neste momento de crise — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Em meio à crise econômica gerada pelo avanço do coronavírus (covid-19), empresas e trabalhadores decidiram fechar acordos para alterar convenções coletivas de trabalho e prever redução de jornadas e salários. A medida foi adotada para os empregados das indústrias mecânicas e metalúrgicas de Blumenau (SC) e os que atuam na construção e em bares e restaurantes do município do Rio de Janeiro.

Em todos os casos, a redução é de 25% tanto da jornada quanto dos salários, respeitando o valor do salário mínimo, como estabelece o artigo 503 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A norma aceita a medida para “caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados”.



- **Compra de dívida pode ser caminho para evitar falência**
- **Governo 'antecipa' 25% do seguro-desemprego**

Os aditivos aprovados por trabalhadores e empresas também preveem a suspensão de contratos e instituição de férias coletivas, como forma de preservar os postos de trabalho. Alguns ainda estabelecem parcelamento de verbas rescisórias, em caso de demissões.

De acordo com a advogada trabalhista Juliana Bracks, do Bracks Advogados, a legislação trabalhista e as negociações entre sindicatos patronais e de trabalhadores podem ajudar as empresas neste momento de crise e preservar postos de trabalho. "É o momento de sentar e negociar. Além de tentar manter os empregos, as empresas precisam ser olhadas porque muitas não têm lastro financeiro para aguentar sequer 30 dias e há quem diga que essa crise pode durar mais de 90 dias", diz.

No caso da construção civil no Rio de Janeiro, a ideia é que as regras tenham validade durante o período de situação de emergência e calamidade. O acordo foi firmado entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro (Sintraconst - Rio).

Pelo que foi acordado, as empresas devem alterar o início e o fim da jornada de trabalho para evitar que seus empregados usem o transporte coletivo em horário de pico. Os empregadores ainda devem colocar funcionários com mais de 60 anos ou pertencentes ao grupo de risco em sistema de home office ou liberá-los para férias remuneradas.

Se não for possível, o empregado deve ser orientado a ficar em casa, dispensado de suas funções. Esse período pode ser compensado posteriormente por meio de banco de horas, 13º salário ou férias, priorizando essa ordem. O acordo ainda prevê que as empresas devem buscar, se possível, conceder férias coletivas.

Os empregadores podem ainda, por meio de rodízio, reduzir jornadas e salários, limitados a 25%. O rodízio, segundo o documento, "tem o objetivo de não prejudicar o andamento da empresa e possibilitar o distanciamento mínimo entre os trabalhadores nos locais de trabalho, área de vivência, refeitório e outros locais".

No caso de interrupção eventual dos trabalhos por parte da empresa, o empregado terá direito a receber 50% dos dias não trabalhados. O valor será considerado banco de horas ou será descontado nas férias.

O presidente do Sintraconst-Rio, Carlos Antonio Figueiredo Souza, afirma que recebeu, nesta semana, muitas ligações de empresários da construção civil, de pequenos a grandes. "Eles questionavam sobre o funcionamento do setor, circulação de trabalhadores e outras dúvidas relacionadas às orientações das autoridades. Muitos comentavam que teriam que demitir seus empregados", diz. Por isso, foi marcada uma reunião de emergência.

O encontro aconteceu na terça-feira. "Acredito que chegamos a um bom entendimento com os representantes das empresas, levando-se em conta a saúde e a situação dos trabalhadores, que não podem ficar sem qualquer remuneração da noite para o dia, e a possibilidade clara de redução ou até mesmo suspensão das atividades nos canteiros de obra", afirma o presidente.

O setor de bares e restaurantes do Rio de Janeiro também editou aditivo semelhante. Segundo o presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes (SindRio), Fernando Blower, o setor já enfrentava uma crise há cerca de três anos, que se intensificou com o coronavírus. "No setor, 80% das empresas são de pequeno porte, optantes do Simples Nacional, e já estão quase sem caixa", diz.

Com as restrições de circulação de pessoas, acrescenta, "muitos bares e restaurantes decidiram fechar as portas". Por isso, afirma, houve a necessidade de negociar para tentar manter os cerca de 110 mil empregos e garantir alguma fonte de renda para os trabalhadores. Além de redução de jornadas e salários, o acordo prevê rateio de gorjeta pelos

funcionários que continuarem trabalhando e parcelamento de valores em eventual rescisão em até quatro parcelas mensais e consecutivas.

O acordo também determina que os bares e restaurantes que optarem por paralisação transitória das atividades poderão exigir um banco de horas futuro dos funcionários como forma de compensação. Além disso, ficaram autorizadas férias coletivas ou individuais.

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau (Simmmeb) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau (Simetalb) também firmaram acordo que prevê, além da redução de jornadas e salários, férias individuais ou coletivas e banco de horas para reposição do tempo parado. Além disso, estabelece regras para funcionários em home office.

Segundo o presidente do Simmmeb, Dieter Claus Pfuetzenreiter, o aditivo garante segurança jurídica para as empresas. “O impacto que essa pandemia vai impor à nossa economia ainda não é mensurável, mas o que temos visto em outros países é que é bem significativo”, diz. Ele acrescenta que os empresários devem pedir a municípios, Estado e à União isenção ou adiamento dos recolhimentos de impostos e outras medidas para amenizar o impacto da crise.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara
POUPADOR DE ENERGIA

LINK PATROCINADO

Clientes deixam de pagar R\$ 2 bilhões em tarifas somente esse ano
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Veias entupidas ? use isso 2x ao dia.
DBT COLESTEROL

LINK PATROCINADO

3x mais forte que colágeno! Cientistas forçam pele a não ter rugas
NOVA SERUM

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Fox News sustenta que Eduardo Bolsonaro mudou versão sobre teste de coronavírus do pai

VALOR INVESTE

Petrobras, Vale, Ambev e bancos lideram perda de valor de mercado no Ibovespa com coronavírus

VALOR INVESTE

Chile segue Argentina e decide fechar fronteiras devido a coronavírus

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Governadores buscam R\$ 14 bi para adiar pagamento de Simples

Planalto quer que governadores e municípios estendam prazo por seis meses

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

20/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo negocia com governadores e prefeitos a extensão do diferimento (adiamento) por seis meses dos pagamentos do Simples Nacional. A medida já foi adotada em relação aos tributos federais e a ideia é estendê-la aos impostos estaduais e municipais. “Os prefeitos já estão de acordo”, disse ao **Valor** o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos. “Mas os Estados querem espetar uma conta.”

Estes, por sua vez, aguardam uma resposta do governo federal a um pedido apresentado na noite de quarta-feira ao ministro da Economia, Paulo Guedes: o aporte de R\$ 14 bilhões mensais para compensar as perdas de arrecadação devido à crise do coronavírus. Dependendo do montante liberado, será possível diferir o pagamento dos tributos, disse o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles.

Medidas de apoio às micro e pequenas empresas se tornam mais urgentes à medida em que os governos locais determinam o fechamento de estabelecimentos comerciais, comentou Afif. “Fecha tudo, e vai viver como?”

Pelo diferimento já adotado na esfera federal, as micro e pequenas empresas ficam dispensadas de recolher os tributos federais do Simples pelo prazo de 180 dias. Mas esses valores terão de ser pagos depois. “Quando passar os 180 dias, paga o

[imposto] velho e o novo”, explicou Afif. “Estudamos um parcelamento do velho, fazer em ‘dez vezes no cartão’, como se diz.”

Os Estados, porém, não veem condições de atender ao pedido pois amargarão perdas fortes de receita com a crise. “Não podemos emitir títulos”, frisou Fonteles.

Na noite de quarta-feira, foram encaminhadas duas cartas a Guedes. Numa, os secretários de Fazenda pedem R\$ 14 bilhões ao mês para compensar perdas com a arrecadação. A outra, assinada pelo Comsefaz e pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), diz que, para financiar ações emergenciais de combate a pandemia, serão necessários R\$ 5 bilhões por três meses (R\$ 1,66 bilhão ao mês).

No total, portanto, os Estados pediram reforço de R\$ 15,6 bilhões ao mês. Fonteles disse que, antes de enviar o ofício, dialogou com integrantes da equipe econômica. A questão seria examinada ao longo do dia de ontem.

O apoio a Estados e município é uma das linhas de ação que Guedes estabeleceu desde o início da crise do coronavírus. Na semana passada, ele disse que cerca de R\$ 5 bilhões dos recursos disputados entre o governo e o Congresso em torno do orçamento impositivo poderia ir para um fundo que reforçaria as ações em Estados e municípios.

Além de recursos adicionais, os Estados apresentaram na segunda-feira lista que inclui suspensão por 12 meses do pagamento de dívidas com o Tesouro, aprovação “imediata” das medidas contidas no Plano Mansueto (que permite a contratação de novas dívidas por Estados e municípios com aval do Tesouro) e linhas do BNDES para custeio da saúde e investimentos em obras.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara
POUPADOR DE ENERGIA



Governo 'antecipa' 25% do seguro-desemprego

Medida vale para quem ganha até 2 mínimos e tiver redução salarial; valor será descontado depois

Por Edna Simão, Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta — De Brasília

20/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Bruno Dalcolmo: Não é vedado demitir; o importante é fornecer flexibilidade — Foto: Washington Costa/ME



Para preservar empregos e garantir a sobrevivência das empresas diante dos efeitos do novo coronavírus na economia, o governo vai antecipar o equivalente a 25% do valor do seguro-desemprego para quem ganha até dois salários mínimos e tiver o salário reduzido e parte do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência e do auxílio-doença. Além disso, também vai bancar os primeiros 15 dias de afastamento do trabalhador que for identificado com a covid-19.

Com mais essa rodada de medidas, que depende de aprovação do Congresso Nacional, a equipe econômica espera injetar algo em torno de R\$ 179,6 bilhões na economia. Apesar da ajuda do governo, não será exigida contrapartida das empresas beneficiadas. “Não há vedação para a empresa demitir”, disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo. “O importante é fornecer flexibilidade.”

Além das medidas de flexibilização temporária das regras trabalhistas, que já haviam sido anunciadas, a nova rodada de ações emergenciais facilita a liberação dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) por meio da dispensa de perícia médica. A ideia é agilizar a liberação dos benefícios e evitar processos presenciais, que podem aumentar a disseminação da doença.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, não deu detalhes sobre como o governo vai bancar 15 dias da licença do trabalhador com coronavírus para dar um alívio às empresas. A medida foi anunciada sem ter sido finalizada. Segundo o secretário, a ação tem o aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas será detalhada em outra ocasião.

Já a antecipação de até 25% do seguro-desemprego para trabalhadores que ganham até dois salários mínimos deverá custar R\$ 10 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e atender 11 milhões de trabalhadores. Caso o trabalhador seja demitido após receber a parcela do seguro-desemprego, ele receberá os valores remanescentes (descontado o montante já recebido).

Só terá direito ao benefício integral se permanecer na empresa por tempo suficiente para se qualificar novamente. “Preciso garantir os direitos do seguro-desemprego”, disse Dalcolmo. Como os recursos do FAT são limitados, não seria possível antecipar a parcela integral do benefício, uma vez que o trabalhador pode necessitar do

seguro mais adiante. “Todas as empresas estão aprendendo a lidar com uma crise dessa magnitude.”

A medida deve estimular o acordo entre trabalhadores e empregadores para redução da jornada de trabalho, anunciada ontem. Isso porque o benefício ao trabalhador deve variar entre R\$ 261,25 e R\$ 381,22. O seguro-desemprego é financiado com recursos do FAT, porém, como este é deficitário, demandará aportes do Tesouro Nacional.

O INSS também informou que haverá antecipação do BPC para pessoas com deficiência que aguardam na fila de espera, um processo que demanda perícia médica. O benefício deverá ser de R\$ 200 e o custo da medida é estimado em R\$ 5 bilhões. Com isso, a expectativa é que a fila, que hoje acumula 470 mil pedidos, seja zerada, afirmou Bianco.

“Abreviaremos as análises para que possamos ganhar tempo e eficiência e concederemos para todos, dentro de uma análise do INSS, um valor específico de adiantamento, para que a pessoa, mesmo aquela que esteja na fila, possa receber algum valor neste momento de crise e evitar que tenhamos uma fila muito grande”, afirmou.

Além disso, Bianco destacou que os serviços do INSS passarão, em caráter emergencial, a ser prestados de forma totalmente virtual. BPC e auxílio-doença serão concedidos sem que haja necessidade de uma perícia médica. De acordo com ele, laudos passarão a ser recepcionados dentro do sistema do Meu INSS, que está sendo finalizado para receber a mudança. “A pessoa preencherá um cadastro e terá a possibilidade de juntar o laudo pericial do médico particular.”

As agências funcionarão em esquema de plantão, apenas para orientação sobre a forma de acesso aos canais de atendimento. Mas a orientação, explicou, é para que as pessoas não procurem as agências. “Peço que não se desloquem às agências do INSS e lancem mão dos serviços virtuais”, afirmou. Os valores poderão ser retirados por terceiros.

Segundo Bianco, as medidas estão dentro dos limites do governo e estão sendo

Normalidade deve voltar em sete meses, diz Bolsonaro

Presidente critica medidas adotadas por governadores para conter pandemia

Por **Fabio Murakawa** — De Brasília

20/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que a economia não crescerá o esperado neste ano e que o país deve demorar seis ou sete meses para voltar à normalidade após a epidemia de coronavírus. Em sua live semanal no Facebook, ele criticou medidas adotadas por governadores para conter a pandemia, como a restrição ao comércio, e disse que o preço da gasolina na bomba deveria hoje estar perto de R\$ 3,50.

“Não há dúvida que teve um tremendo balanço na economia do mundo todo. E aquilo que esperávamos crescer este ano nós não vamos crescer”, afirmou o presidente. “A gente espera, acha que em três ou quatro meses esse pico do vírus diminuirá. E, a partir de uns seis, sete meses, o Brasil entra na normalidade.”

Bolsonaro, no entanto, criticou medidas que vêm sendo tomadas por governadores para evitar o alastramento do vírus, como o fechamento de bares, restaurantes, academias e outros estabelecimentos.





“Algumas autoridades estaduais estão tomando medidas, mas quando o remédio é demasiado pode fazer mal para o paciente”, afirmou. “As pessoas não podem ficar em casa, têm que buscar o sustento.”

Em outro ponto de atrito com os governadores, Bolsonaro disse que o preço da gasolina na bomba deveria estar mais barato.

“Não vou polemizar com ninguém aqui”, afirmou. “Desde janeiro até agora, a gasolina baixou 30%. Então, quem estava pagando a gasolina em 1º de janeiro R\$ 5 [o litro] deveria estar pagando R\$ 3,50.”

O presidente vem defendendo a redução do valor do ICMS cobrado sobre os combustíveis. Essa defesa de Bolsonaro vem colocando o presidente em choque com governadores, uma vez que o ICMS é um tributo estadual.

“O governo federal faz a sua parte. Até porque não é decisão do governo o preço da gasolina. É uma política da Petrobras”, afirmou o presidente.

Na live, Bolsonaro informou ainda que o presidente da Agência Brasileira de Promoção à Exportação (Apex), almirante Sérgio Segóvia, testou positivo para o coronavírus. É o 18º caso confirmado entre os integrantes da comitiva que viajou com ele para os Estados Unidos.

O presidente disse ter conversado com Segóvia, que não tem sintomas nem passa mal. Ele também conversou com o ministro Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e afirmou que ele também não apresenta nenhum sintoma da covid-19.



Tribuna

Economia anuncia R\$ 10 bi para complementar renda

MARINA BARBOSA
CORREIO BRAZILIENSE

O governo federal decidiu compensar parte do rendimento dos trabalhadores que podem vir a ter seus salários reduzidos por conta da crise do coronavírus. Por isso, vai liberar até 25% do valor ao qual esses trabalhadores poderiam ter acesso caso fossem demitidos e solicitassem o seguro-desemprego.

A medida foi anunciada ontem pelo Ministério da Economia e deve liberar pelo menos R\$ 250 mensais aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos e poderão ter seu rendimento cortado pela metade neste momento de desaceleração econômica.

O pagamento deve ser liberado por três ou quatro meses e pode beneficiar até 11 milhões de pessoas. Por isso, deve ter um custo de R\$ 10 bilhões ao Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).

O corte de até 50% da carga horária dos trabalhadores da iniciativa privada foi anunciada nessa quarta-feira (18) pelo Ministério da Economia dentro do pacote antidesemprego do governo federal, que tenta evitar a alta do desemprego no Brasil durante a crise do coronavírus.

Petrobras - A Petrobras informou, ontem, que reajustou os preços em suas refinarias, com redução de 7,5% no óleo diesel e de 12% na gasolina a partir de ontem.

Tribuna

Montadoras fecham fábricas e colocam cerca de 50 mil em férias coletivas

ESTADÃO CONTEÚDO

Fabricantes de veículos já anunciam que vão fechar as fábricas no fim do mês e não sabem exatamente quando vão retomar as atividades, pois isso vai depender da situação do País em relação à epidemia do novo coronavírus e da demanda do mercado. As três montadoras que já confirmaram férias coletivas empregam, juntas, quase 50 mil funcionários.

Além de paralisar a produção das suas cinco fábricas brasileiras (em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) por tempo indeterminado, a General Motors suspendeu o investimento de R\$ 10 bilhões previstos para o período de 2020 a 2024. Segundo a empresa, é pre-

ciso reservar caixa para o momento de crise atual provocada pela disseminação da covid-19.

A filial da GM na Argentina também será fechada. Junto com as unidades do Brasil, onde as férias coletivas começarão no dia 30, elas empregam cerca de 19 mil trabalhadores. A empresa alega que a paralisação vai ocorrer por causa da demanda do mercado, mas o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, onde está a fábrica mais antiga do grupo, diz que o principal motivo é o coronavírus.

A Mercedes-Benz também vai suspender as operações das fábricas de São Paulo e Minas Gerais e do centro de distribuição e logística em Campinas (SP). A parada está inicialmente prevista entre os dias 25 de março e 20 de abril e envolve

cerca de 10 mil pessoas.

A empresa alega necessidade de prevenção ao coronavírus e diz que o retorno ao trabalho vai depender da situação do País. Na segunda-feira, a Volkswagen também anunciou intenção de paralisar as operações de suas quatro fábricas em São Paulo e no Paraná, a partir do dia 31, mas inicialmente por apenas dez dias. A marca alemã emprega cerca de 15 mil pessoas no Brasil.

Nos próximos dias, outras montadoras devem anunciar paradas. Já o Grupo Caoa Chery encerrou a produção de motores e demitiu ontem 59 empregados da unidade de Jacareí (SP), número que equivale a 10% da mão de obra local.

Segundo o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Guirã Borba, a empresa alega



A GENERAL MOTORS suspendeu o investimento de R\$ 10 bilhões previstos para o período de 2020 a 2024

redução da produção, de 65 carros ao dia para 40. "Em um momento como esse, de proliferação do coronavírus, não há justificativa. A empresa tem de proteger os trabalhadores que, sem emprego, perdem o convênio médico", critica o sindicalista. A empresa não comentou assunto.

O investimento de R\$ 10 bilhões que a GM congelou foi resultado de uma longa negociação feita no ano passado com funcionários, concessionários, fornecedores e

revendedores após o presidente da empresa na América do Sul, Carlos Zarlenga, afirmar que o grupo poderia fechar fábricas se não conseguisse reduzir custos e voltar à lucratividade.

O episódio levou o governo de São Paulo a criar um programa que reduz impostos justamente para empresas que realizarem investimentos no Estado. Segundo a GM, o investimento seria destinado principalmente a novos produtos e modernização das fábricas e será rea-

validado, mas sem prazo definido.

O anúncio ocorreu no mesmo dia em que a empresa lançou oficialmente o Tracker, primeiro SUV da marca produzido no País e que já está à venda por preços que vão de R\$ 82 mil a R\$ 112 mil. Na apresentação do modelo, feita via streaming para evitar aglomeração de convidados (imprensa, concessionários e trabalhadores), Zarlenga disse querer levar o modelo ao topo de vendas do segmento de SUVs de pequeno porte.

Embora a empresa justifique as férias como sendo adaptação à demanda do mercado, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Aparecido Inácio da Silva, acredita que a paralisação das fábricas tem a ver com o caos provocado pela disseminação do coronavírus em todo o País.

Segundo ele, os funcionários da fábrica do ABC paulista, por exemplo, terão de fazer horas extras nos próximos dois sábados para produzir o Tracker. Silva informa ainda que, para os trabalhadores, a informação dada pela empresa é de que a parada deve ocorrer até 12 de abril, "mas a medida pode ser revogada ou prorrogada" de acordo com a situação. Continua depois da publicidade

Tribuna

Medida do governo permitirá corte de salário de trabalhadores



O MINISTRO da Economia, Paulo Guedes, anunciou outras propostas, que foram reforçadas anteontem

ALESSANDRA AZEVEDO E
MARINA BARBOSA
CORREIO BRAZILIENSE

Para tentar evitar o aumento do desemprego no Brasil durante a crise do coronavírus, o governo vai permitir que empresas e órgãos públicos cortem até metade dos salários e da jornada de trabalho de funcionários, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A permissão vai valer até 31 de dezembro deste ano e será feita por medida provisória ou projeto de lei. No primeiro caso, entra em vigor assim que for editada. No segundo, ainda precisaria de aprovação do Congresso.

O Ministério da Economia anunciou nesta quarta

feira (18/3) a medida, que terá que ser negociada entre o trabalhador e o patrão. A redução será proporcional: o desconto no salário será correspondente ao número de horas que deixarão de ser trabalhadas. A empresa não poderá diminuir o valor pago por hora ao trabalhador.

A proposta faz parte do pacote "antidesemprego", em reação à crise econômica gerada pela Covid-19. Segundo o governo, a medida flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) temporariamente, mas não altera o teor da legislação trabalhista. "Não é algo simples. Mas é muito mais grave perder o emprego e não ter salário", disse o secretário especial de Previdência

e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco.

Outras providências prometidas pelo governo para conter o desemprego incluem o incentivo ao teletrabalho, que já tem sido adotado em órgãos públicos, a antecipação de férias individuais e de feriados não religiosos.

"Se o trabalhador está empregado há seis meses, não completou ainda o período necessário para as férias. Agora, será permitido tirar as férias", explicou o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcomo.

A equipe econômica também sugere que as empresas concedam férias coletivas e flexibilize o banco de horas temporariamente. Tanto para férias individuais quanto para

coletivas, o prazo para aviso será de 48 horas. No segundo caso, podem ser determinadas para toda a empresa ou apenas para um setor, sem precisar que o sindicato avise com duas semanas de antecedência, como nas regras atuais.

Na segunda-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou outras propostas, que foram reforçadas nesta quarta. Uma delas é a possibilidade de que os empregadores deixem de contribuir para o FGTS durante o estado de emergência. Os valores serão pagos em parcelas, depois de três meses. O governo vai diminuir a parcela das contribuições sociais sobre a folha de pagamento.

Tribuna

INSS, FGTS, IR, empréstimos, compras: o que muda e o que não muda

G1

Diante da pandemia de Covid-19, as medidas restritivas para conter a disseminação do coronavírus que estão sendo tomadas no Brasil nos âmbitos nacional, estadual e municipal estão impactando a economia e a rotina dos brasileiros. Alguns serviços e benefícios sociais estão sendo suspensos ou alterados de modo a garantir a quarentena da população e evitar a aglomeração de pessoas. Veja abaixo o que mudou até agora e o que não mudou:

INSS suspende atendimento nas agências

O Instituto Nacional do Seguro Social decidiu suspender por 15 dias o atendimento nas agências. Serão

mantidos apenas atendimentos agendados para cumprimento de exigências de requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais, perícias médicas previdenciárias e avaliações e pareceres sociais dos benefícios previdenciários e assistenciais. O governo decidiu suspender, por 120 dias, a prova de vida dos beneficiários do INSS. A medida deve valer até meados de setembro.

Mantido prazo para pagamento de contas

O prazo para pagamento de contas de serviço não foi adiado e elas precisam ser pagas em dia para evitar a cobrança de multa e juros. As agências bancárias dos principais bancos do país seguem funcionando em horário normal.

Bancos poderão nego-

ciar dívidas

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) anunciou que os cinco maiores bancos brasileiros poderão atender pedidos de prorrogação, por 60 dias, dos vencimentos de dívidas de clientes pessoas físicas e micro e pequenas empresas para os contratos vigentes em dia e limitados aos valores já utilizados.

Antecipação do 13º salário para aposentados

O Ministério da Economia anunciou que vai pagar, em abril, a primeira metade do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS. Essa parcela, em geral, é paga em julho. Já a segunda parcela será antecipada para maio.

Abono salarial será antecipado para junho

O Ministério da Econo-

mia anunciou que vai antecipar o pagamento de todo o abono salarial para junho. A medida faz parte do pacote que também antecipa o 13º salário dos aposentados pelo INSS.

Mantido o prazo para declarar o Imposto de Renda

Até o momento, o prazo para os contribuintes declararem o Imposto de Renda Pessoa Física está mantido e vai até o dia 30 de abril. Quem é obrigado a declarar e não enviar dentro do prazo está sujeito ao pagamento de multa no valor mínimo de R\$ 165,74 e que pode chegar a 20% do imposto devido.

Saques do FGTS até março

Está mantido até o dia 31 de março o prazo para saque imediato de R\$ 500 das contas ativas e inativas



O INSS decidiu suspender por 15 dias o atendimento nas agências

do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o trabalhador que ainda não o fez. A liberação do re-

curso começou em setembro e linha calendário de pagamento condicionado à data de aniversário do trabalhador.

Tribuna

Copom baixa juro básico para 3,75 por cento ao ano

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduziu ontem a taxa básica de juros da economia brasileira de 4,25% para 3,75% ao ano. A decisão foi unânime.

Com a redução, o juro básico recuou ao menor patamar desde 1999 - quando entrou em vigor o regime de metas para a inflação. Em pesquisa realizada na semana passada pelo BC, a maior parte do mercado projetava um corte menor nos juros, para 4% ao ano.

A decisão do BC, tomada em meio à crise gerada pela pandemia do coronavírus, segue o exemplo de outros bancos centrais do mundo, como o Federal Reserve (BC norte-americano) e o Banco da Inglaterra.

O anúncio do Banco Central cita, como fatores que compõem o cenário econômico atual:

a "desaceleração significativa do crescimento global",

a queda dos preços ds commodities;

o "aumento da volatilidade nos preços de

ativos financeiros",

e os impactos futuros do coronavírus na economia - que, segundo o BC, ainda não estão refletidos nos dados mais recentes da atividade econômica brasileira.

O comunicado fala em "cautela" na condução da política monetária, mas não descarta que os juros básicos da economia caiam ainda mais, a depender da conjuntura.

"O Copom entende que a atual conjuntura prescreve cautela na condução da política monetária, e neste momento vê como adequada a manutenção da taxa Selic em seu novo patamar. No entanto, o Comitê reconhece que se elevou a variância do seu balanço de riscos e novas informações sobre a conjuntura econômica serão essenciais para definir seus próximos passos", diz a nota do conselho. "O Banco Central do Brasil ressalta que continuará fazendo uso de todo o seu arsenal de medidas de políticas monetária, cambial e de estabilidade financeira no enfrentamento da crise atual."

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 19/03/2020	Página: 05

Tribuna

Dólar turismo pode ser encontrado abaixo da cotação comercial nas casas de câmbio

VITOR DACOSTA
AGÊNCIA O GLOBO

O dólar turismo, que costuma ser vendido a valores acima do comercial, já pode ser encontrado a um preço menor em algumas casas de câmbio ontem. A moeda americana chega a ser vendida entre R\$ 4,91 e R\$ 5,42 em espécie, enquanto a cotação comercial chegava aos R\$ 5,14 às

12h40 de ontem. Já o euro em espécie é comercializado entre R\$ 5,40 e R\$ 5,84.

Segundo funcionários de algumas casas, o movimento para compra de ambas as moedas diminuiu após a intensificação da crise do coronavírus no Brasil, com cancelamento de viagens.

O levantamento foi feito em casas de câmbio localizadas no Rio de Janeiro. Os valores já

incluem o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que é de 1,1% para compras em dinheiro. No cartão, o imposto é de 6,8%.

A DG Corretora comercializava o dólar e o euro turismo nesta manhã cotados em R\$ 4,91 e R\$5,51, respectivamente. Não havia opção para compras em cartão. Segundo funcionários, as compras da moeda diminuíram, mas a casa ainda

não trabalhava com promoções.

O professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Felipe Iachan, explica que as cotações turismo e comercial são dois segmentos diferentes do mercado de troca de moeda estrangeira por real e que em cenários de crise como o atual, os valores podem apresentar uma oscilação atípica.

Veículo: Política Livre	
Data: 20/03/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

20 de março de 2020 | 09:52

Influenciado por melhora externa, dólar volta cair, mas sustenta os R\$ 5,00

ECONOMIA

O dólar segue em baixa firme, mas ainda sustenta os R\$ 5,00, influenciado pela melhora externa diante das ações de bancos centrais e governo em resposta à pandemia do coronavírus, além da continuidade de leilões coordenados do Banco Central e do Tesouro. O BC faz operações compromissadas em moeda estrangeira mediante a venda, à vista, de títulos soberanos por instituição financeira, com simultânea assunção, pelo BC de compromisso de recompra de títulos com as mesmas características em data futura, às 11 horas. Já o Tesouro realiza leilões extraordinários de compra e venda de LTN e NTN-F e de compra e venda de NTN-B.

O analista de câmbio da Ourominas, Elson Gusmão, avalia que o novo leilão do BC com os títulos soberanos ajuda na queda do dólar, mas acredita que o mercado vai querer testar o limite do que o BC considera dólar alto. “Me parece que o Bacen acordou, estando mais atuante no câmbio”, observa.

Nesta manhã, o anúncio da revisão do Produto Interno Bruto (PIB) do País neste ano pode provocar nova onda de alteração nas expectativas dos investidores sobre a atividade econômica. No mercado, as previsões variam de zero até recessão neste ano.

Às 9h25, o dólar à vista caía 1,47%, a R\$ 5,0272. O dólar futuro para abril recuava 1,41%, a R\$ 5,0245.

Mais cedo, a Petrobras informou que vai sacar US\$ 8 bilhões do limite do seu cheque especial e adiar, sem data definida, o recebimento das propostas para a venda de suas refinarias, piorando as expectativas sobre o fluxo cambial do País.

Já o Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de março teve um recuo de 3,2 pontos em relação ao resultado fechado de fevereiro, para 98,2 pontos, a primeira queda após quatro meses de avanços.

Estadão Conteúdo

Veículo: Política Livre	
Data: 20/03/2020	Caderno: Economia

Pesquisa mostra explosão de vendas no varejo, por medo do coronavírus

ECONOMIA

Consumidores brasileiros reagiram rapidamente ao anúncio da epidemia do novo coronavírus e correram às compras, inicialmente de produtos voltados à proteção contra a doença e, mais recentemente, de itens voltados ao segmento de alimentação e manutenção da casa diante da necessidade de isolamento para evitar a contaminação.

Pesquisa inédita feita pela Nielsen Brasil envolvendo 150 redes de varejistas e que será divulgada nesta quinta-feira, 19, mostra que as vendas de itens de higiene avançaram 20% na primeira semana de março em relação a última semana de fevereiro. A alta foi liderada pelo álcool gel, que sozinho teve vendas 623% superiores no período, e de máscaras, que cresceram 100%. Foi o período em que os casos de coronavírus começaram a aparecer no Brasil.

Já na semana seguinte o que disparou foram as vendas de alimentos como arroz, feijão, açúcar e itens de limpeza, entre os quais papel higiênico e detergente, com crescimento de 31%, sendo parte provavelmente para estocar.

“Os dados mostram que o período de crise tem suas fases no comércio, começando com compras relacionadas à proteção da saúde e, depois, de itens para a preparação ao isolamento”, afirma Fernanda Vilhena, gerente de atendimento de varejo da Nielsen.

A pesquisa envolvendo milhares de itens agrupados em 550 categorias mostra ainda a evolução semanal das vendas em geral. Do total das categorias pesquisadas, 13% tinham registrado melhora de vendas na semana que começa no comparativo com a semana anterior. Nesse período ainda não se falava em casos de coronavírus no País.

Na semana seguinte, quando foi anunciado o primeiro caso de contaminação, houve crescimento de 66% nas vendas de produtos das categorias pesquisadas. Na semana passada a alta foi de 88%. “Esse movimento chamou atenção pois ocorreu em cima de uma semana que já tinha crescido muito”, ressalta Fernanda.

Na próxima pesquisa, quando os resultados serão comparados ao da semana atual que começou no dia 15, Fernanda acredita que o crescimento poderá ser ainda maior pois a população já está na fase de vida restrita.

A gerente da Nielsen diz que a pesquisa será feita semanalmente até que a crise arrefeça e as pessoas retornem às rotinas diárias. Ela informa ainda que o comportamento dos consumidores brasileiros é similar ao que ocorreu na China durante durante a epidemia da SARS quando comparado os anos de 2003 e 2004. Também é parecido aos dados disponíveis do que está acontecendo com o consumo na Itália, Estados Unidos e Coreia do Sul com a chegada da covid-19.

Estadão

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 19/03/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 19 de Março de 2020 - 19:10

Ibovespa fecha em alta de 2,15% após dias com queda; dólar tem queda



A Ibovespa fechou em alta nesta quinta-feira (19), com aumento 2,15%, a 68.331 pontos. O aumento se deu após um alívio no número de vendas, embora o coronavírus ainda traga algumas incertezas no mercado. Com máxima de pontos no dia chegando a 70.071,33, e a mínima de 61.690,53.

Já o dólar comercial operou em queda na maior parte do dia e fechou em baixa de 1,83%, a R\$ 5,10 na venda, em dia com atuação do Banco Central no mercado de câmbio.

Caixa anuncia redução de juros

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem novas medidas de enfrentamento ao coronavírus. Segundo o banco, o objetivo é reduzir os impactos frente ao cenário de queda no índice de produtividade e diminuição da atividade econômica, causados pelas ações de contenção e temor à propagação do coronavírus.

Concomitante à queda da taxa básica de juros, a Selic, o banco informou que reduziu as taxas de juros de linhas de crédito e ofereceu pausa por até 60 dias para contratos de pessoa física e jurídica, inclusive contratos habitacionais. A pausa nos contratos já havia sido anunciada pela Federação Brasileira de Bancos (Febrabanc) e é válida para os cinco maiores bancos do país: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal,



Guimarães diz que novas medidas podem ser adotadas

Itaú Unibanco e Santander.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, afirmou que novas medidas poderão ser anunciadas pelo banco e o prazo de 60 dias de pausa nos contratos de crédito pode ser ampliado se houver necessidade.

"Se por acaso, essa crise

continuar e for maior, a Caixa ampliará os prazos. E estaremos avaliando todo o dia, toda a semana o impacto [do coronavírus]", disse, em transmissão ao vivo pelo Facebook, ontem.

Guimarães afirmou que a Caixa tem condições de ampliar a oferta de crédito, no

atual momento de crise. "Temos tanto dinheiro para emprestar e base de capital para suportar esse crescimento do crédito. Essas medidas foram pensadas e estamos muito tranquilos. Temos foco em micro e pequenas empresas, na pessoa física e nos hospitais, em especial as santas casas", destacou.

Para as pessoas físicas, há a possibilidade de pausa de até 60 dias nas operações parceladas de crédito pessoal. O banco também anunciou a ampliação das linhas de crédito consignado, incluindo as linhas para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Outra medida é a redução de taxa de juros nas linhas de crédito pessoal: crédito consignado a partir de 0,99% ao mês, penhor a partir de 1,99% ao mês e crédito

direto ao consumidor (CDC), a partir de 2,17% ao mês.

Cartão virtual

Há ainda a disponibilização gratuita do cartão virtual de débito Caixa aos mais de 100 milhões de correntistas e poupadores, que possibilita compras online nos sites de e-commerce. O cliente pode habilitar o uso do cartão diretamente no Internet Banking.

"A Caixa está focada em oferecer para os seus clientes soluções tecnológicas para a necessidade de ir pessoalmente a agência seja menor", afirmou Guimarães. A Caixa também permitirá a renovação do contrato de penhor diretamente no site do banco e canal telesserviço, evitando a necessidade de o cliente comparecer a uma agência bancária.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A emergência na economia

As previsões do PIB brasileiro estão despencando num ritmo que atordoa. A cada momento é um banco ou consultoria que está levando o número para a recessão. Já se fala em menos 3%. Por isso a corrida no governo é para tirar o atraso e anunciar medidas. O maior desafio será fazê-las funcionar. Setores e estados também estão na mesma busca de soluções. Ontem o governador Helder Barbalho, do Pará, conversou com a Vale e ouviu da diretoria que a empresa pretende manter as atividades no mesmo ritmo. E o que acontece com um setor que não pode parar, nem que queira? O de vidros, por exemplo. Mas alguns clientes estão suspendendo a produção. A economia está cheia de desencontros assim.

Quando há uma parada brusca da atividade econômica, cada um é aparelhado em um porto, alguns em contrapé total. E é esse conjunto de atingidos que o Brasil verá no nível individual e corporativo. Há milhões de brasileiros cuja capacidade de geração de renda está entrando em colapso e por isso o Ministério da Economia tem anunciado medidas de socorro. Algumas repetem ações que foram adotadas em governos petistas, como a de comple-

mentar o salário do trabalhador com redução de jornada.

Quando mudam as circunstâncias, muda-se o recetário. Há muita dúvida sobre a capacidade de formulação e de implementação de políticas sociais ativas por parte desse governo, mas a boa notícia é que na Câmara dos Deputados há algum tempo o presidente Rodrigo Maia vinha incentivando um grupo de deputados a ouvir os especialistas e traçar programas sociais. E ontem, na coletiva concedida pelo Ministério da Economia, o secretário de Trabalho e Previdência, Bruno Bianco, disse que tudo tem sido conversado com o presidente da Câmara até para haver mais rapidez na aprovação dos projetos de lei. A economia precisa de urgência. É de entendimento.

Outra boa notícia é que os go-

vernadores não estão parados e cada um está tentando adotar medidas de mitigação da crise. Conversei ontem com o governador do Pará, Helder Barbalho, e ele disse que dois pontos fundamentais da economia para ele são a Vale, com a atividade de mineração, e o agronegócio. E que os dois permanecerão produzindo.

— Nas últimas 72 horas começaram a cair as previsões de receita. Tinha uma meta de superávit de R\$ 15 milhões que não vou cumprir. Estou mandando um decreto de calamidade para a Assembleia e os deputados vão constituir uma comissão para acompanhar os gastos. São medidas preventivas para caminhar nesta crise.

Na segunda-feira o governador Barbalho vai anunciar um pacote que proíbe o corte do

forneimento de água e luz por falta de pagamento. Além disso, o Banco do Estado do Pará vai oferecer R\$ 100 milhões em empréstimos a pequenas empresas, com juros de 0,2%. Valores pequenos de R\$ 15 mil. Para focar no pequeno mesmo. O dinheiro virá dos dividendos que o banco pagaria ao Estado.

Na economia, muitos setores estão em situação complexa. O repórter Alvaro Gribel, da coluna, falou com Lucien Belmonte, da Alviró. Ele acha que a economia vai 'dar uma capotada' em dois a três meses.

— O setor de supermercados vende mais, mas o resto não vende nada. No nosso setor há peculiaridades. Ele é intensivo em energia e são contratos nem sempre flexíveis. Precisa flexibilizar. Mas não sai nada sobre isso e o ministro está doente. As

nossas fábricas não podem parar. Não existe a possibilidade de desligar o forno. Nesse processo é contínuo. Não é um forno de pizza. Custa R\$ 100 milhões. Podemos chegar ao limite de trabalhar parte da produção, quebrar o vidro para virar caco e jogar de volta. Dois dos clientes de vidros planos são a indústria automobilística e a construção civil. As montadoras vão parar. Na construção, quem vai encomendar um box?

Belmonte acha que falta o governo olhar a pequena empresa, porque é o empresário que não tem folga de caixa. Nas políticas sociais também o desafio é chegar no mais frágil. Há diversas medidas que atingem quem tem emprego, como a anunciada ontem que permite reduzir a jornada e diminuir o salário. Ou o pagamento dos primeiros 15 dias pelo INSS de quem foi afastado por coronavírus. A medida que foi formulada para ajudar os informais, como disse aqui, pega apenas parte deles, a que está nos cadastros. Mas há os invisíveis, os pobres forçados e que precisam ser encontrados com a rapidez que a crise impõe. É preciso correr na luta da saúde, e enfrentar na economia os efeitos devastadores da propagação do vírus.